

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**A (DE) FORMAÇÃO DA CIDADANIA BRASILEIRA
A PARTIR DO PERSONALISMO E DE OUTRAS
DOENÇAS CULTURAIS BRASILEIRAS**

EDUARDO COSTA COELHO LEAL

ORIENTADORA: PROF^a DR^a OLGA MARIA BOSCHI AGUIAR DE OLIVEIRA

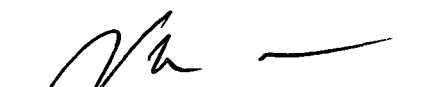
FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO 1995

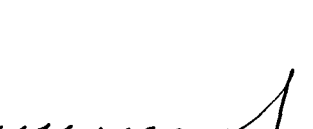
DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PARA A
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIDADE EM DIREITO.

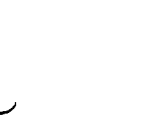
Florianópolis, 25 de outubro de 1995.

Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira


Prof. Dr. Volnei Ivo Carlin


Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer


Prof. Dr. José Alcebiades de Oliveira Júnior
Coordenador

AGRADECIMENTOS

À orientadora e amiga das horas metodológicas mais difíceis, Prof^a Dr^a Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, por sua paciência com nossa escrita “panfletária”, que afinal se transmutou em dissertação acadêmica; funcionários e colegas da rica convivência no Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Aos meus pais, companheira e demais familiares, pelo apoio moral - que me manteve firme no propósito de não esmorecer na difícil tarefa de elaboração e conclusão do presente trabalho.

À Cloé e Sergio (colaboradores na digitação do texto).

Ao CNPq pelo imprescindível aporte financeiro prestado.

Aos amigos de longe que se fizeram presentes e aos amigos daqui, que se fizeram mais próximos.

Minha sincera gratidão e oferta.

A aprovação do presente trabalho acadêmico não significará o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta.

PREFÁCIO

“AFINAL DE CONTAS, QUEM SÃO ELES?”

Engulo o uísque e vou caminhando. Tenho um encontro com um empresário e um americano antropólogo que está com ele. Cinema, grana, outros papos. O burguês amigo meu fala muito ‘ “deles... deles... deles” ’ Todo o mal do Brasil é culpa deles. O mundo e o país estão sendo destruídos por eles. Até que o americano não aguenta mais de curiosidade e pergunta: ‘ “Who are they?” ’ (Quem são eles?) Meu amigo pára, travado. Quem serão eles? Aí descubro o óbvio trunfal. Eles são os outros. São as forças ocultas que desculpam nossa omissão. Grande categoria descobri: e l e s. Todos nós falamos da desgraça nacional como se fôsse feita por outros, seres impalpáveis que são responsáveis por tudo. Eles podem ser o governo, o operariado, os americanos, os jornalistas, até os judeus talvez... Todos, menos nós. (grifos nossos)

*(ARNALDO JABOR
Cineasta e escritor nacional)*

SUMÁRIO

RESUMO	viii
RESUMEN	x
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
1 - A NOÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA	6
1.1. Considerações Preliminares. A base clássica (greco-romana) das instituições	6
1.2. A cidadania como instituição nacional	13
1.3. Uma crítica à Teoria Clássica de Marshall	19
1.4. A liberdade política (latu sensu) e a igualdade social (uma definição mínima de democracia moderna	29
Notas	39
CAPÍTULO II	
2. O PERSONALISMO E OUTRAS DOENÇAS CULTURAIS BRASILEIRAS.....	41
2.1. O legado centralista: antecedentes históricos	41

2.2. O poder legiferante do Presidente da República brasileira à partir de 1930 (uma necessária retrospectiva)	45
2.3. A nova postura do Estado brasileiro frente ao indivíduo (Constituição de 18 de setembro de 1946)	48
2.4. A ideologia municipalista e o poder local	52
2.5. A relevância das novas formas de participação social como instrumentos de refreamento do personalismo e outros vícios culturais brasileiros	55
2.5.1. A complexidade e ambivalência das ONGs brasileiras	57
2.5.2. As ONGs não são substitutas do Estado	60
2.5.3. Isenção de imposto é uma forma de subvenção	61
2.5.4. A transformação possível na relação entre as associações (sociedade civil) e o Estado brasileiro	61
Notas	66

CAPÍTULO III

3. OS REGIMES DE GOVERNO E SEUS USUAIS CONDICIONAMENTOS À CIDADANIA BRASILEIRA	67
3.1. O Parlamentarismo brasileiro e suas contradições	67
3.2. O Presidencialismo brasileiro. Sua gênese plagiada do modelo norte-americano. (O prisma crítico de Hambloch)	73
3.3. A questão do Parlamentarismo para Hambloch	78
3.4. Os coronéis e os caudilhos brasileiros	79
3.4.1. A figura do coronel	81
3.4.2. A “vegetação de caudilhagem”	82
3.4.3. A figura do caudilho	84
3.5. Clientelismo e Bloco de Poder	85
3.6. O rito do “Você sabe com quem está falando?” (A síndrome de autoridade)	90

3.7. As diversas formas de controle social autoritário	95
3.8. A dominação carismática ampliada	95
Notas	100
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 102
Notas	113
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 114

RESUMO

A **cidadania** é um fenômeno histórico que remonta as origens históricas da humanidade. A condição de cidadão é inerente ao homem, que no seu mínimo relacionamento necessita estabelecer seu - maior ou menor - poder frente aos outros conviventes.

A transformação desta categoria, desde a sua consideração teórica até nossos dias ocorreu via de regra em virtude de um conceito jurídico instituído pelos governos e Estados que se sucederam ao longo da história.

Todavia, a par desta realidade formal, sempre subsistiu uma realidade material, que mais ou menos presente, decorreu das lutas populares e (ou) das concessões dos líderes de governo.

Este trabalho, buscando a origem e os fundamentos da cidadania brasileira (sobretudo nos últimos 65 anos de República), pretende demonstrar, que apesar das transformações ocorridas no conceito e na prática da cidadania, seu núcleo ideológico ainda permanece profundamente condicionado ao **personalismo** e a outras “doenças culturais” brasileiras, que deformaram e comprometeram qualquer alternatividade da questão.

RESUMEN

La ciudadanía es un fenómeno histórico que viene desde el origen de la humanidad. La condición de ciudadano es inherente al hombre, que en su menor relación necesita establecer su - mayor o menor - poder frente de los otros convivientes.

La transformación de esta categoría, desde su consideración teórica hasta hoy ocurrió por la regla por causa de un concepto jurídico instituido por los gobiernos y los Estados que si sucedieran al largo de la historia.

Sin embargo, a par de esta realidad formal, siempre subsistió una realidad material, que mas o menos presente, decorrió de las luchas populares y (o) de las concesiones de los gobernantes.

Este trabajo, intentando el origen e los fundamentos de la ciudadanía brasileña (sobre todo en los últimos 65 años de República) desea demostrar, que a pesar de las transformaciones ocurridas en el concepto y en la práctica de la ciudadanía, su núcleo ideológico aún permanece profundamente condicionado al personalismo y otras “enfermedades culturales” brasileñas, que (de) formaran e comprometeran cualquier alternatividad de la cuestión.

Aparentemente, se pudiera interpretar que intentamos “colocar por tierra” la experiencia de las ONGs, mientras o que se pretende es relativizar la validez de todas cuantas fueran las manifestaciones de esta red de movimientos sociales.

Si consideramos contudo, las fases deste desarrollo (la 1ª de meados del siglo hasta el inicio de los años 70, e 2ª, despues desta decada), indagamos alguns paradigmas relacionados con el tema.

Neste analisis atentamos por la vision de la cultura popular, que há transformada de negativa (años 50/60) para positiva (años 70/80).

La categoria del sujeto popular, de los nuevos sujetos y actores sociales, resguardan todo el estado de cosas que aferimos en el decorrir del trabajo.

Los movimientos sociales, entonces, surgen como los nuevos sujetos colectivos, como multiplas modalidades de acciones colectivas de la massa. La intranquilidad de las poblaciones de lante da impotencia de las instituciones politicas classicas (la debilidad del systema representativos, la falencia del Welfare State y la degradacion de la cualidad de la vida), condicionan el crecimiento de los movimientos sociales y/o de las organizaciones no-estatales que “buscán reordenar la vida social y redefinir la vida politica.

INTRODUÇÃO

Seção I - Delimitação do tema, sua relevância e a justificativa da escolha

Dissertar à propósito de **cidadania** pode parecer enfadonho nos dias atuais, quando tanto se tem produzido à respeito, jogando em vala comum esta discussão sempre tão relevante e atual.

Nossa intenção neste trabalho foi desde seu início (delimitação do tema), refletir sobre o **niilismo** dos regimes políticos, suas ditas alternatividades e sobre toda uma doutrina aniquiladora que quase nos desincentivou a investigação.

Todavia, sabe-se se por idealismo ou teimosia (a palavra é esta mesmo), resolvemos prosseguir e concluir - ou ao menos compilar - algumas impressões que julgamos relevantes demonstrar...

Não obstante a apologia de outros diametralmente colocados, que insistem em apontar soluções “miraculosas”, o que podemos aferir desde cedo, é que efetivamente, muito se tem escrito à respeito do tema, mas pouco de concreto se tem metodizado.

A cidadania além de ser fruto de uma longa evolução histórica, assumiu forma definitiva em recentes legislações modernas.

Mormente as transformações porque passou ao longo deste século (especialmente aqui no caso brasileiro), ainda na atualidade, tal concepção - jurídico-legal - é tomada como referência.

A opção pelo assunto decorre da necessidade que sentimos de - contextualizando com a realidade nacional recente - verificarmos a profunda dimensão política que condicionou e constituiu a renovada conceituação e prática da cidadania.

Nossas reflexões obedecem menos a critérios acadêmicos do que a uma indignação diante de uma aparente **apatia cidadânica** à qual foi ou se deixou submeter a população que sonhou ser **povo**.

O objeto do presente estudo é, portanto, a cidadania, integrada as suas vertentes política, jurídica, ideológica e antropológica, e vista sob a perspectiva do seu desenvolvimento histórico.

O enfoque da abordagem enfim, é o da Ciência Política conjugado à Teoria do Estado.

Seção II - Objetivos

Este trabalho visa a compreensão e a reflexão crítica do conceito de cidadania e especificamente averiguar da (de) formação sofrida por esta categoria, historicamente no Brasil.

Desta forma, almejaremos esclarecer os fatores que contribuíram para tal estado de coisas.

Buscaremos, ainda, apresentar os limites dos conceitos clássicos de cidadania.

Não iremos discorrer sobre a cidadania e as suas teorias, pois o tema em si exigiria um estudo específico, além do que fugiria aos objetivos propostos.

Neste sentido, cabe esclarecer desde já, que a expressão “doenças culturais” se justifica, em virtude de que -efetivamente - tais fatores (de) formadores se constituem em enfermidades sociais muito constantes.

Seção III - Tipo de abordagem em localização do tema no espaço e no tempo

A abordagem será histórica, concentrando-se no período compreendido entre a década de 30 (trinta) e nossos dias.

O tema terá, como referência espacial o Brasil

Seção IV - Plano de desenvolvimento

A presente dissertação desenvolver-se-á, através de 3 (três) momentos, que serão objeto dos respectivos capítulos.

Primeiro momento (Capítulo I): buscar-se-á entender a noção histórica da cidadania. Este capítulo justifica-se como um pressuposto lógico a compreensão do capítulo subsequente.

Segundo momento (Capítulo II): tratar-se-á aqui do legado personalista dos governos nacionais, que por sua vez, decorrem e dão origem (num processo circular) a outras doenças culturais.

No terceiro e último momento (Capítulo III): analisaremos em 8 que medida os regimes de governo puderam condicionar a cidadania brasileira.

O Capítulo II ficará dividido em quatro partes: a primeira parte traçara aspectos relativos às ONGs brasileiras, que de forma alguma poderiam deixar de ser consideradas nesta pesquisa.

A segunda parte, ainda referindo-se a relevância das novas formas de participação social como instrumentos de refreamento do personalismo e os outros vícios culturais, estabelecerá a relação das ONGs com o Estado nacional.

A terceira parte deste capítulo (II), como também na quarta, apontar-se criticamente para metas de alternância das ONGs no Brasil atual.

Finalmente, na conclusão, far-se-á uma retrospectiva de todo o conteúdo exposto procurando traçar as perspectivas da cidadania neste final de século (especialmente se levando em conta a realidade brasileira).

Seção V - Metodologia empregada na pesquisa e embasamento teórico

Utilizar-se-á o método indutivo, através da técnica de pesquisa bibliográfica.

O tema a ser desenvolvido é, basicamente, relacionado a sociologia da cidadania.

Não obstante, face a sua dimensão, e em atendimento a sequência da exposição, insere-se em outras áreas do conhecimento, sabidamente: do Direito Público (Teorias Jurídicas e Institucionais), a Antropologia Jurídica (clientelismo, paternalismo, etc...).

O método de procedimento conforme já referimos, será histórico-comparativo e as técnicas de pesquisa constituir-se-ão fundamentalmente, em consultas por seleção de textos, artigos diversos, obras completas e outros aportes teóricos.

Relacionada ao surgimento da vida nas cidades, a cidadania significa em última instância, o direito à vida no sentido amplo.

Sucedem que a sociedade mundial - e especialmente a brasileira - encontra-se debilitada em suas práticas e formulações de convívio social. Até mesmo a doutrina mais “alternativa”, não tem apresentado propostas convincentes.

Há quem afirme, inclusive, que desde Maquiavel nada mais de novo, se produziu em termos de Teoria Política. Todavia, compromissados com a oposição aos “discursos escatológicos”, pretendemos resgatar diagnósticos e apresentar recursos para a compreensão e solução desta problemática.

Na verdade, o tão aclamado “gozo dos direitos civis e políticos do indivíduo no Estado”, e até mesmo o desempenho deste indivíduo quando exercita seus “deveres”, para com aquele, encontram-se profundamente deformados.

Numa avaliação prévia, indica-se uma realidade cruel que remonta a nossa colonização, conforme constataram diversos antropólogos, nacionais e estrangeiros.

O próprio conceito formal de cidadania deixado sub-reptício nos textos políticos, jurídicos e legais da recente República brasileira, impinge assimilação. Para tudo isto, proporemos investigação.

CAPÍTULO I

1. A NOÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA

1.1. Considerações preliminares - A base clássica (greco-romana) das Instituições

Encetando a investigação que pretendemos produzir ao longo do presente trabalho, resgatamos a inequívoca assertiva do historiador e antropólogo francês, **Fustel de Coulanges**, quando destaca: “Da indispensabilidade de se estudarem as mais antiquadas crenças para bem se conhecerem suas instituições”,⁽¹⁾ que de antemão ratifica a reprodução desta máxima nas consentâneas argumentações que proporemos, como também na vida social contemporânea.

Muito embora o objetivo deste capítulo não seja o de aprofundar a referida especulação, vez por outra, apontaremos para hipóteses e ilações que certamente contribuíram para a compreensão da investigação em tela.

A relevância da retomada do estudo histórico-comparativo, da evolução cultural; sobretudo no que concerne à construção do conceito formal moderno das Instituições e das categorias afetas à cidadania se justifica na condução lógica da análise.

Assim, vivemos fundados sob princípios e regras que já nas sociedades grega e romana - em que pese suas peculiaridades - legaram uma gama de percepções, que conservamos e que comprometem qualquer tentativa mais duradoura de alternância nos modelos atuais.

O arraigamento de tais fundamentos (propriedade, família, etc...) na escala social é profundo e requer reanálise.

A exemplo das demais sociedades ocidentais, a experiência brasileira não poderia ter sido diferente.

O alinhamento com a cultura antiga e tradicional da Europa, como que coagiu a autoridade no poder - e na esteira deste processo, o suditizado aspirante à cidadão - à comportar-se norteado pelo clássico modelo, havido como perficiente.

Esta paradigmática impostura foi soberbamente denunciada e pesquisada modernamente, por estudiosos do engenho de **Stuart B. Schwartz**, **Sérgio Adorno** e **Darcy Ribeiro**.

Estes traços preservados daquelas culturas, realmente nos mantêm próximos e assemelhados àqueles povos. Mas esta similitude global, não nos pode conduzir à conclusão de que em nossas peculiaridades seremos sempre, frutos de plágios impostos pelos colonizadores europeus.

À propósito, nisto reside a natureza da cidadania, ou seja, na diferença da diferença, nos termos do saber (cultural) e nas formas do consumo (econômico), que por fim, levam a termo uma relação de síntese da sua diferença como poder político (político) de cada sociedade.

O próprio inacabamento do paradigma pretendido, ocasiona esta situação, que por sua vez, é revestida de reveses e venturas. A verdade, é que, nossa jovem - e portanto

enérgica - sociedade mundial (em especial a brasileira), ainda se encontra envolta por expressiva complexidade, farta de diversos e originais focos de manifestação popular, que em suas peculiaridades devem ser explorados buscando-se a globalização de atuação.

O citado historiador-antropólogo francês, **Fustel de Coulanges**, já havia inaugurado Escola, chamando à atenção para tais circunstâncias psico-sócio-antropológicas, ao fazer referência aos costumes e crença arcaicos.

Aponta principalmente, para as dificuldades decorrentes desta paralelização, que no seu entendimento, redundaria num inevitável confronto; quando então relata:

“O que ainda deles preservamos e o que eles nos legaram, nos faz crer quanto nos assemelhamos a estes povos; sentimos muitas dificuldades, pois, em considerá-los como estrangeiros; assim sendo, quase sempre os interpretamos como à nós mesmos, daí se originando muitos erros. Enganamo-nos freqüentemente quando estudamos estes povos antigos através de opiniões e de fatos de nossa época.”⁽²⁾

Fustel de Coulanges, enfim, discorre em sua obra citada, sobre as mais diversas tradições (sobretudo religiosas), que de forma menos ou mais incisiva, influenciaram, condicionaram e (de) formaram ao longo do tempo, a participação dos indivíduos, no processo societário.

“*Mutatis Mutandis*”, adotaremos a mesma linha de raciocínio, para demonstrar o quanto as crenças de um povo (seus costumes e paixões), importam ao delineamento de toda uma rede de convicções e condutas específicas; quer seja dos cidadãos governados, como também dos líderes governantes.

A ética é comum e reflete profunda vivência populista, contemplativa, idealista...

A atribuição dos erros aos “outros”, num desvencilhamento de responsabilidade sobre os atos e fatos.

Assim, por exemplo, podemos citar crenças primitivas - e que até os nossos dias encontram ressonância - tais como a certeza de que existe uma “superioridade” do sexo masculino sobre o feminino (em que pese os movimentos libertários e a legislação renovada neste sentido).

Todavia, majoritária legislação ainda mantém privilegiado o homem sobre a mulher, o pátrio sobre o estrangeiro, e assim por diante...

Isto decorre, em virtude de nossa “herança clássica” greco-romana, que se em muitos aspectos evoluiu geometricamente em comparação à outras civilizações, em outros, dubiamente se desenvolveu.

Referimo-nos sobretudo, às relações de poder, de comando, de domínio.

Em suma, a adoção de ritos como forma de manutenção dos valores conservadores e dominantes - que se propagam - demonstram inequivocamente, a existência de uma ideologia bastante sedimentada, voltada à adequar às normas instituídas, todas estas convicções “triunfantes”.

O apego à forma, aprisiona ainda hoje, todas as manifestações possíveis de alternatividade que possam transcender à tradição.

Na antigüidade clássica (greco-romana), se reconhecia como cidadão, então, todo o ser-humano, ou melhor, todo o **homem** (estrito senso), que participasse do **culto** a cidade, o que conseqüentemente lhe atribuía direitos civis e políticos.

A renúncia ao **culto**, por sua vez, significava renúncia aos direitos de **cidadania**.

A religião fazia nascer um profundo abismo entre o cidadão e o estrangeiro; este último, proibido de exercer os direitos de “**cidadania**”.

Assim, somente era considerado **cidadão**, efetivamente, aquele que seguisse a crença, a religião da cidade.

Nas textuais palavras de **Coulanges**: ⁽³⁾

“(...) aquele para quem o arconte ou o prítane oferece o sacrifício de cada dia, o que tem o direito de aproximar-se dos alteares e, podendo penetrar no recinto sagrado onde se realizam as assembléias, assiste às festas, acompanha as procissões, participa dos banquetes sagrados e recebe sua parte das vítimas.”

Para **Aristóteles**, o exercício da cidadania se confundia com a capacidade de cada homem expressar a própria humanidade (*latu senso*).

Crianças que ainda são incapazes de se utilizar da própria razão, mulheres, que por sua natureza, jamais poderiam fazê-lo plenamente, escravos, que a necessidade de trabalho condenava à condição de não serem mais do que instrumentos inanimados, e mesmo os artesãos e os negociantes (em geral estrangeiros), que dedicando-se à atividade de comércio, também eram limitados por uma espécie de servidão.

Não podiam dispor livremente de seu tempo para desenvolver o próprio pensamento.

Determinadas categorias laborais encontravam-se desta forma, aliadas da própria “humanidade”, fora dos ritos do Direito, que já protegia e incluía a “participação social”.

A organização do poder na **polis** não era mais que a expressão da organização de uma comunidade natural, onde o lugar que cada um ocupava era determinado pelo seu nascimento.

À alguns caberia o exercício da atividade política, que garantiria a realização da própria “natureza” entre os seres-humanos. Ademais, lhes impunha como tarefa, a

restauração de boas formas de governo, das quais dependeria a “prosperidade” e a “felicidade” de todos os membros da comunidade.

O cidadão da pólis era enfim, aquele que já atingira a maturidade e a quem os deuses beneficiassem, fazendo-o nascer homem (literalmente; estrito senso), e não mulher, grego e não bárbaro, permitindo-lhes desta forma, participar de valores e crenças sagradas.

O cidadão da pólis era aquele que conhecia e dominava a cultura privilegiada dos helênicos, suas leis; aqueles afinal, que, acima de tudo, teriam sido alvos de benevolência divina. Aqueles a quem os deuses concedessem nascer livres e não escravos.

Por outro lado, aquele cuja vida se resumia em ocupação dos próprios afazeres, pois conforme referimos, o escravo, o negociante, a mulher e a criança, não passariam de indivíduos privados, que o grego designa como “idiotes”.

Seriam os incapazes de se aperceberem a si próprios como seres sociais, e, por isso mesmo, incapazes de terem qualquer participação na vida pública, sendo assim, excluídos da cidadania.

Persiste a natividade determinando a inserção de cada um na hierarquia da pirâmide social, em cujo topo se encontrava o monarca, o líder personificado do governo.

O fluxo e o refluxo dialéticos, rompem com a linearidade que até então vigorava com a acentuada relatividade.

Os próprios pensadores, passam a assimilar a gradativa inclusão das massas populares no espectro ampliado da cidadania formal.

Ainda que a natividade prossiga como condicionante maior e (de) formador da cidadania popular, na Idade Média o homem comum estava sempre vinculado a uma parte da sociedade e do poder.

O “cidadão medieval” estava mais ligado ao estamento do que ao reino, pois que, participando de uma corporação e menos do todo.

Seus direitos seriam garantidos à partir de “franquias”, e, em última análise, como privilégios que só a seus pares era dado gozar...

O espírito associativo tomou conta à partir de então, do senso comum, e o indivíduo passou a ser considerado como integrado e inarredável do seu grupo. Sobressai desta circunstância uma noção geral de **igualdade**.

Na Idade Média, a igualdade dos seres-humanos diante da divindade, é pontuada como sendo a situação dos “filhos” que detêm a benesse de serem reconhecidos por uma tradição política e institucional. O Império Cristão, consubstanciado num Estado secularizado - em líderes vigorosamente escolhidos pelo Pontífice - reconhecia a todos de forma mais ou menos discriminatória.

Liberdade se traduzia ainda, neste período, como sendo o tão almejado “livre-arbítrio”, que permitia ao cidadão, agir segundo os desígnios de Deus ou engajar-se na rotina do pecado.

A tarefa primordial do Estado, de seus governantes pessoalizados, fazer com que cada indivíduo se adaptasse ao lugar social que lhe competia ocupar na ordem “natural” do mundo.

É dentro desta esfera delimitada, que se deveria e poderia gozar das liberdades que lhe caberiam como direito.

Só mais adiante do processo histórico - quando estes ideais de **liberdade** e **igualdade** deixaram de ter referência religiosa, para se traduzirem em termos mais concretos (Revolução Francesa, por exemplo), é que se chegou à perspectiva vigente até nossos dias de modernidade.

Isto é, os conceitos de Estado (forma, sistema e funções) e **cidadania** tornaram-se mais evidentes e efetivos.

1.2. A Cidadania como instituição nacional

Na sociedade pós-medieval, os termos **liberdade** e **cidadania** eram considerados como conceitos semelhantes.

O desmembramento destas figuras, somente ocorreria, quando mais tarde a **liberdade** passou a ser considerada um valor universal com os processos revolucionários e abolicionistas sucessivo), e quando enfim cingiu-se o conceito de **cidadania** às sociedades, nacionalmente consideradas.

Data do século XII a ruptura importante no que diz respeito à uma efetiva obediência do sistema de poder institucional à **cidadania** formal básica.

O Constitucionalismo, considerado genericamente como o movimento histórico-evolutivo, responsável pela sedimentação dos ditames erigidos pelas sociedades organizadas, para regerem seus convívios, foi uma mudança decorrente do fortalecimento do Estado, que, sobretudo à partir do século XVII, passou a conduzir este processo de ordenação legal em textos escritos.

A **cidadania**, que até então era uma definição nacional, detinha paralelamente à seu serviço, direitos e deveres específicos - que embora locais - eram de marcada relevância.

No século XIX, a **cidadania**, na forma de direitos civis, era universal, e os direitos políticos não estavam incluídos nos direitos de **cidadania**. Embora a nenhum cidadão “digno” e “obediente” à lei, se vedasse o direito ao voto, tal prerrogativa era considerada como produto secundário dos direitos civis.

E, assim, se sustentou esta retórica e prática falaciosa, segundo a qual, existe sincera **impressoalidade** e científica objetividade na elaboração dos diplomas-legais - ditos - **democráticos**.

O sentimento nacional, motivou a crença na **democracia**.

Já Aristóteles, no Livro III da **POLÍTICA** - quando considera a República (**politéia**) o melhor regime político, por privilegiar a vontade da “maioria”, intitula de regime democrático, o governo análogo ao conceito de Constituição.

Assim, permitir ao indivíduo investir-se em sua **cidadania** - ser governado e (ou) governar - cabendo-lhe ainda direito de exercer funções públicas, era antes de tudo, atribuir-lhe direitos formais.

O desenvolvimento da idéia de **cidadania** até o final do século XIX, foi realmente bastante lento; e somente ocorreu, tendo em vista que a sociedade até então vigorante, cedeu a novos princípios filosóficos, que iluminavam o novo século moderno.

O Renascimento das ciências, das artes, do espírito associativo, enfim, contribuíram para uma nova ética social.

A espúria associação desencadeada de direitos, até então tidos como suficientes, é rompida, e a máxima regente, passa a ser a de que “cada pessoa é um voto”.

O Liberalismo, que surgira como uma reação ao poder absoluto do governante (Absolutismo), consagrado nos séculos XVII e XVIII, mostra a face de sua natureza metamórfica, que transparecia hostilidade ao direito de associação individual.

A ética individualista, por assim dizer, propunha a supressão paulatina, da livre e plena manifestação do homem na construção do processo social.

O sufrágio universal passa a ser considerado como o fator máximo do potencial do cidadão, muito embora, fosse muito mais assentado no **status social**, do que propriamente no substrato econômico. E muito embora, tardassem a surgir esparsas incorreções originais, como por exemplo, a tardia chancela do voto feminino, houve avanços significativos no início deste século.

Tudo isso - conforme veremos em capítulo posterior - oriundo de um processo confuso, redundante de uma concomitância de diversificadas demandas populares e pelo surgimento de novos e modernos textos constitucionais.

Soberbamente, neste século, a Constituição do México (em 1917), seu reflexo no Tratado de Paz de Versalhes (em 1919), e a Constituição de Weimar (em 1919).

No Brasil, mais tardiamente - embora as reformas constitucionais havidas neste interregnum, tenham viabilizado algumas transformações...

Em 1934 a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte “*sui generis*”, significou vigoroso avanço na área dos direitos individuais e sociais (que por sua vez só iriam se sedimentar com o texto vindouro de 1946).

Até então, havia como que um amalgamento destes direitos, conforme descreve, inclusive, **Marshall**:

“Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo, que é possível sem distorcer os fatos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente - os direitos civis ao século XVII, os políticos ao XIX e os sociais ao século XX.” ⁽⁴⁾

O clássico cientista inglês, estava se referindo aos três componentes, que em sua avaliação, seriam imprescindíveis à configuração da **cidadania** e seu estudo, quais sejam: o **elemento civil**, o **elemento político** e o **elemento social**.

Sucede, entretanto, que estes períodos descritos por **Marshall**, devem ser tratados com relatividade, pois que pode haver um nível de entrelaçamento entre eles, especialmente, os dois últimos. Ou seja, nem só de direitos sociais se fizeram os três documentos legais supracitados (México, Versalhes e Alemanha) mas destacadamente destes.

A análise, neste caso, é muito mais ditada pela história, do que pela lógica. Todavia, a racionalidade aponta para as seguintes considerações:

- ontologicamente, a **cidadania** não é um *per si* pois tem por finalidade constituir uma identidade social dos indivíduos, na relação destes para com o Estado;
- o desenvolvimento histórico do conceito formal de **cidadania**, é manifesto pela própria existência da sociedade de classes e do Estado; como categoria histórica, a **cidadania** está sujeita a avanços e retrocesso próprios de seu forjamento, essencialmente dinâmico;
- no interior das relações sociais, a **cidadania** pertence à uma ordem simbólica, representando valores e significações socialmente estabelecidas, e que podem ou não, se realizar. Serve a **cidadania**, como intercessora entre os indivíduos e o Estado (governados e governantes).

Mesmo assim, a temática ainda carecerá de uma teoria mais abalizada, pois que, ao nosso ver, resulta e se compreende pela análise de toda uma rede de construções empíricas das classes sociais, dos povos e nações, nas quais se insere.

No caso brasileiro - onde historicamente não se firmaram as classes sociais coligadas pelos europeus, onde não houve burguesias progressistas disputando com aristocratas feudais, nem proletariados ungidos por irresistíveis propensões revolucionárias; fica ainda mais atrativa, a tarefa de se tentar desvendar as causas da lenta evolução e da (de) formação da **cidadania**.

Contudo os parâmetros construídos pelos “clássicos ádvenas”, não são de muita valia, ainda que tenham surgido de outras circunstâncias históricas, sociológicas e antropológicas.

Desta forma, considerada a estrutura do trabalho de **Marshall**, destacar-se-iam três elementos indispensáveis ao exercício de uma mínima **cidadania**:

1º) o **elemento civil**, que seria composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos, e o direito à **justiça**.

2º) o **elemento político**, que consistiria no direito de participar do exercício do poder político, como um membro de um organismo, como eleitor, ou como até mesmo, autoridade política investida.

3º) o último elemento, que se intitularia de **elemento social**, que diria respeito a tudo o que vai, desde o direito à um mínimo de bem-estar econômico, segurança, aos direitos de participar - integralmente - do processo social. Seria, nas palavras de **Marshall**, levar a vida de um “civilizado”, de acordo com os padrões prevalecentes na sociedade contemporânea (da época do autor).

Em tempos ainda mais remotos, esses três “direitos” estavam fundidos num só. Os direitos se confundiam, porque as Instituições estatais (Tribunais, Parlamento, Sistema Educacional, etc.;), se encontravam amalgamados.

Com o surgimento do Constitucionalismo e a conseqüente divisão dos poderes estatais, clarearam-se formalmente, os anseios e prerrogativas populares.

Assim mesmo, os Estados Nacionais se foram constituindo fortemente irradiados pela influência dos governantes personalistas que em grande margem os dirigiam; ficando toda esta gama de indicações e ditames legais, subsumida à vontade da autoridade estatal singular.

Paulatinamente, os direitos civis e políticos se foram fundindo, obedecendo à toda uma conveniência de se minimizarem as conquistas havidas pela população, pelo povo governado.

Entretanto, os direitos sociais, emergentes à partir do início deste século (XX), passam a ser tratados uniformemente nos textos constitucionais, desencadeando substancial avanço da sociedade civil.

Os Estados Nacionais, originariamente concebidos, envolveriam então - sem distinção - toda a massa popular, integrada no esforço de “igualmente” participarem da construção de um destino comum, que afirmaria por fim, a própria **liberdade**.

Seria, por assim dizer, a “vontade do povo” fundamentando a Nação.

Nação esta, construída linearmente e legitimamente reconhecida. A autoridade então, indiscutivelmente correta e inoponível.

Era a ótica liberal-conservadora, ainda remanescente nos trabalhos do início deste século, que, desconsiderando as idiossincrasias do cidadão-indivíduo e do cidadão-governante, desconsiderava a existência do cidadão-coletivo.

1.3. Uma crítica à Teoria Clássica de Marshall

Feitas algumas considerações sobre a obra de **Marshall**, passaremos a estabelecer contrapontos, ou pontos de crítica à elaboração aludida, tendo por base, o texto publicado pela professora e doutoranda da UFRJ, **Lígia Martha C. da Costa Coelho**, que de maneira bastante incisiva, analisa e redimensiona o que denominou de “(...) um conceito já gasto pelo ‘uso liberalizante’ (...)”⁽⁵⁾

Marshall desenvolveu o tema que constitui um dos eixos essenciais de sua obra, à partir da idéia de que a progressiva conquista de uma efetiva igualdade política (através da política social desenvolvida pelo Estado), vai aos poucos modificando os efeitos da desigualdade econômica nas sociedades modernas.

A combinação dos três direitos referidos pelo estudioso inglês, leva a crer que se formulou um precioso dado para explicar a solidez do sentimento democrático e a maior completude da **cidadania** nos países do ocidente europeu e nos Estados Unidos da América do Norte.

Este dado, seria o envolvimento do governante, que movido por seus interesses, persuadiria os governados, de que o exercício “moderado” de um deles , levaria à conquista “moderada” dos outros.

Mesmo reconhecendo o mérito à **T. H. Marshall**, por ter inaugurado no século XX, a tentativa de resgatar o conceito de **cidadania**, não podemos deixar de levar em conta, a crítica da citada professora brasileira, que impõe descrédito ao entendimento daquele cientista, em ter definitivamente redimido o conceito da categoria em questão.

Principia por contextualizar a necessidade de se reabilitar este conceito, além da perspectiva teórica, mas principalmente numa postura pragmática; “(...) diante de nossa cultura política e da atual conjuntura.”⁽⁶⁾

À partir de toda uma reflexão global e conseqüente, a autora indaga:

“(...) que relações outras constituirão a cidadania participativa real e consciente? Que importância essa nova visão despertará numa sociedade como a brasileira, ‘oligarquicamente’ repressora e amorfa na base, a ponto de se apresentar como alternativa/inferência nesta conjuntura?”⁽⁷⁾

Enfim, as pertinentes críticas da autora supracitada, denotam uma irrepreensível manifestação de indignação acadêmica, com o que logo em seguida ela denomina de **“hipótese de trabalho nada criativa”** (grifo nosso), pois que - segundo aferiu a mesma - fundada na ideologia liberal.

Citando em notas do texto, os tradicionais **Hobbes** e **Locke**, como também fazendo alusão à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (que considera uma figura cadaverizada, “fruto de uma estimulação estritamente burguesa”), a autora desmistifica o conceito de **cidadania** proposto por Marshall: visto que origina-se nessa mesma linha do pensamento político

Para estabelecer então, sua análise, firma quatro pontos, quais sejam:

- a questão dos direitos;
- o Estado considerado - **erroneamente** - como eixo central;
- a visão linear de sociedade, e
- a amplitude espaço-temporal das colocações apostas pelo clássico estudioso inglês.

A proposta da autora, de repensar e aprimorar o conceito de **cidadania** à partir da visão de **Marshall**: “(...) deglutindo os tateios liberais iniciais sobre o termo (...)”⁽⁸⁾, e contextualizar com a realidade brasileira, parece-nos positiva.

Conforme já expusemos no início deste capítulo, **Marshall** julgou produtivo, expor o surgimento dos direitos civis, políticos e sociais, de maneira sucedânea, quase dependente.

Num crescente paulatino, situando-os um à cada século subsequente...

Ademais, a referida “elasticidade”, flexibilidade razoável, atribuída a esta evolução, carece de maior rigor científico.

E a lenta conquista dos direitos civis - no entendimento de **Marshall** - teria dado lugar a penetração dos direitos políticos, ampliados e estendidos às demais classes sociais populares e às mulheres.

Todavia, os mais tardiamente surgidos “direitos sociais”, é que, até nossos dias, são de difícil consolidação, visto que encerram atitudes de “distribuição de renda”.

Estes direitos, envolvem fortes interesses, prerrogativas extremamente personalísticas, portanto, envolvem revolução nos mais profundos bens dos governantes.

Acarretam no mais das vezes, **conflitos sociais**...

Historicamente, isto nunca foi tarefa simples. Consolidar-se direitos sociais, sempre incumbiu alterar desígnios pré-estabelecidos pelo poder da oligarquia governante.

Reverter conveniências historicamente sedimentadas pelo autocrata.

E mesmo que consideremos como válido o binômio **renda x ampliação dos direitos sociais**, e seus correlatos serviços, enormemente valorizados por **Marshall**, jamais poderemos desconsiderar que, ao contrário de ter sido obra de concessão estatal, a

aquisição destes direitos, representa uma conquista da sociedade (que percebe neles, componentes indispensáveis à construção da **cidadania**), e que estes não decorrem de uma simples “evolução e concessão naturais”.

À despeito das amarras apostas pelos autocratas personalistas, o alcance destes direitos civis, políticos e sociais, se deu pela mobilização popular.

E mais, a par deles, surgem os deveres a serem observados pelo cidadão em seu convívio social.

E a isto **Marshall** não faz referência...

Este é um aspecto faltante nas hipóteses construídas pelo clássico inglês. Por isso, volta a carga a Profª **Ligia Martha**, inquirindo:

“(...) deverão os membros de uma sociedade, a fim de considerar-se autênticos cidadãos, alcançar direitos civis, políticos e sociais e ‘ponto final’ Constitui-se a cidadania apenas de direitos, não há deveres do cidadão para com o cidadão?”⁽⁹⁾

Entende a autora - pela sua leitura - que **Marshall** dá a entender que os deveres são inerentes ao Estado, quando este amplia o direito de cidadania, comprometendo a própria extensão legal destas franquias conquistadas, restritas à estes.

Para a mesma pesquisadora, uma vez que os direitos são conquistados, existe a presunção de que também devem haver deveres correlatos.

Direito concedido não é direito: é servidão; neste sentido, a extensão da cidadania ultrapassaria qualquer concessão.

Os deveres não emergiriam tão somente do Estado ou de um exercício legal instituído. A relação dialética se origina pois, na própria função que a organização social produzir.

Não obstante, **Marshall** não aponta ou ao menos reflete sobre estes deveres, prejudicando inexoravelmente sua abordagem teórica.

O segundo ponto de contestação levantado pela Profª **Ligia Martha Coelho**, se refere a questão onde **Marshall** propõe que o Estado atuaria como eixo central deste tão aclamado “processo de aquisição da cidadania.”

Interpreta que o clássico estudioso inglês é inflexível na sua avaliação da relação - também rígida - entre o Estado e a categoria em estudo.

Conforme percebe a escritora pátria, efetivamente, **Marshall** também não faz alusão - em nenhum momento - ao “desempenho da sociedade”, na conquista destes direitos, e, conseqüentemente de sua cidadania.

Marshall, situava o Estado, como “titular da cidadania”, não reconhecendo na sociedade civil, qualquer hipótese de maior apropriação desta condição.

Vejamos, por exemplo, algumas passagens da obra marshalliana, onde denuncia-se este aspecto:

“Este feito do século XVIII (...) foi em grande parte o trabalho dos tribunais, tanto em sua labuta diária quanto numa série de processos famosos, em alguns dos quais lutavam o Parlamento, em defesa dos direitos individuais.”

“(...) a cidadania, nesse período, não era vazia de significado político (...) e a reforma eleitoral aumentou, cada vez mais, sua capacidade de praticar tais atos.”

“A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvida, as exigências e a natureza da cidadania.”⁽¹⁰⁾

Tais afirmações se justificam, porque **Marshall** não visualizava o cidadão como o cerne do processo de construção democrática.

Esta compreensão - restrita e conservadora - se ampliaria para a avaliação - desta feita verídica - dos titulares dos governos, que imbuídos de toda uma herança cultural autoritária, contavam (ou contaram até bem pouco tempo) com o consentimento e legitimação do povo e grande parcela da “intelectualidade” moderna.

Na lógica deste raciocínio, o Estado concederia tão somente **direitos** para se legitimar, pois que - conforme já protestamos - não existiriam deveres para serem transferidos.

Em igual medida, não podemos admitir mais esta concepção.

De outra forma, estaríamos aquiescendo com a idéia de que a condição de cidadão esteja inexoravelmente associada à legislação estatal, que por sua vez, molda-la-ia segundo seus mais secretos interesses (os anseios e metas dos titulares do poder estatal).

O que condenamos, é a forte ingerência dos governos e de seus intitulado, na organização e elaboração das leis, nos patrocínios dos casuísmos da burocracia, decorrentes das mesmas leis, que servem de justificativa para a manutenção do “**status quo**”.

Esta existência: da forte ingerência das personalidades governamentais no processo de comando é óbvia...

Contudo, nem por isso aceitável; para tanto, devem ser aprimorados os instrumentos de controle e despersonalização do poder estatal.

Ao valermo-nos dos argumentos de **Lígia Martha Coelho**, que critica o tradicional estudioso britânico, concluímos que subsistem concomitantemente, uma **cidadania** concedida e uma **cidadania** conquistada.

A equivocada idéia - entretanto - de que a **cidadania** é tão somente, um “receptáculo de benesses”, carece de propriedade e atualidade.

Fica patente, que os métodos de “convencimento” decorrentes da relação Estado - Sociedade (desta tensão e distensão) é que irão determinar a espécie de **cidadania** à desenvolver-se na sociedade.

Algumas conclusões podem ser extraídas das críticas formuladas pela Profª da UFRJ, tais como: - não existe “massa amorfa”, mas uma massa sem possibilidades, imersa em profunda ignorância, esta sim, ampliada e “concedida” pela maioria dos governantes.

Até mesmo o binômio **poder/saber** depende de uma tomada de posição da sociedade civil; que indica, faz ver ao poder instituído, que é parte essencial do processo de construção democrática.

Fazer ver, mais ainda, que não mais existe um incógnito Estado, que astutamente “concede” ao seu bel-prazer - e somente assim - o que julgar necessário, oportuno. Mas, que além disso, existe uma organização perfeitamente destramável, e possível ainda de reconhecer na sociedade civil, uma fração em si, consigo, e não, como algo distinto, alheio.

Constatado isto, a reflexão de **Lígia Coelho** é finalizada com as seguintes colocações:

*“(...) não há um eixo central partindo do Estado nem da sociedade visto que **a cidadania cresce na mediação** (grifo nosso) existente entre ambos.”* (11)

Outro aspecto considerado falho pela citada professora, na abordagem marshalliana, é o relativo à aparente constância e progressividade incólume do processo social.

Na teoria clássica preconizada por **Marshall**, **cidadania** é conceito construído lentamente, sem maiores conflitos. É um fato natural, decorrente do “moderado exercício”

dos direitos civis, da concessão dos direitos políticos e pela perseguição dos direitos sociais.

A autora, entretanto, renova sua indignação à este raciocínio, afirmando:

“Ora, sabemos que os fatos não funcionam assim, tão linearmente: há sempre fatores internos ou externos, processos ideológicos que se imbricam na “estruturação” de um termo como cidadania, intrinsicamente articulado com o social e sua dinâmica.”⁽¹²⁾

Censura a autora, a maneira “pouco definida” como **Marshall** discorre sobre os “processos ideológicos”, quando por exemplo, estabelece uma correlação entre direito individual e dever público.

Senão vejamos:

“Tornou-se cada vez mais notório, com o passar do século XIX, que a democracia política necessitava de um eleitorado educado e que a produção científica necessitava de técnicos e trabalhadores qualificados. O dever de auto-aperfeiçoamento e de autocivilização é, portanto, um dever social e não somente individual; porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros.”⁽¹³⁾

Perceba-se novamente, a preocupação doutrinária de **Marshall**, em destacar a forma de “concessão” do aperfeiçoamento do indivíduo-cidadão, evidenciando o cuidado e o desassossego em não liberar o poder das mãos do governante e da oligarquia governamental.

Além disso, cabe indagar a quem ou a que servirá esta “educação”?

Enfim, fica manifesto, que, para **Marshall**, a cidadania é um “status concedido” àqueles que são membros integrais de uma comunidade estatizada.

Mas, afinal, que conceitos, que condições são estas?

Obviamente são categorias impostas por **Marshall** para perpassar sua ideologia excludente, segundo a qual: (...) só os mais capazes avançaram na sociedade e gozaram dos serviços e bens essenciais”. ()

O Estado garantiria - segundo esta orientação - um mínimo de bens e serviços essenciais e “qualquer pessoa capaz” de ultrapassar este índice, considerar-se-ia “licenciada” para tanto.

Engodo e enlevo. Enlevo e engodo...

Concluindo sua abalizada crítica, menciona que:

“(...) os trechos retirados da obra de Marshall não nos deixam dúvidas de que sua visão linear de sociedade é conseguida à partir da estreita relação entre o conceito de cidadania e o regime liberal.”⁽¹⁵⁾

Com relação a amplitude espaço-temporal do conceito de cidadania, é de vital importância, distinguirmos a ambiência na qual **Marshall** se baseou para tecer suas hipóteses e chegar consequentemente às conclusões, ora criticadas.

Lígia da Costa Coelho, pinça alguns trechos referentes ao tema, na obra marshalliana a fim de detectar a influência de tal dado.

Vejamos por exemplo:

“Se estou certo ao afirmar que a cidadania tem sido uma instituição em desenvolvimento na Inglaterra pelo menos desde a segunda metade do século XVII, então é claro que o seu crescimento corresponde ao desenvolvimento do capitalismo (...).”⁽¹⁶⁾

Isto comprova, que toda a construção teórica de **Marshall**, além de ser pautada pela ideologia liberal, assume a sociedade britânica como paradigma, como o modelo perfeito.

Neste sentido, a argumentação não resiste à qualquer outra realidade “menos perfeita”. Com isto, não estamos pretendendo afirmar que tal produção doutrinária careça de absoluta validade.

Outrossim, nos é imperativo afirmar, que fica evidenciando o caráter limitado desta corrente científica sobre o tema.

A questão é:

- no caso de países periféricos - como o Brasil - houve coincidência temporal entre o desenvolvimento da cidadania e do capitalismo?

al

Sabemos que, decididamente isto não ocorreu concomitantemente.

Há, sem dúvida, um desnivelamento espaço-temporal em cada caso que formos estudar.

A própria noção de “igualdade” aferida por Marshall, não se verificou de forma simultânea em todas as nações mundiais.

À título de exemplificação histórica, à época citada, o Brasil estava recém libertando escravos, e, significativa parcela das nações americanas há pouco tempo se tinham independizado.

Eximindo, talvez, o clássico autor em sua vertiginosa pretensão, a verdade é que ele alerta para o restrito alcance de sua tese. Delimitando sua caracterização - conceito de cidadania - ao universo inglês do século passado, o autor se redime antecipadamente.

A referência inicial do pesquisador inglês, não assegura que, mesmo em sociedades com o mesmo grau de desenvolvimento sócio-político e econômico que o da Inglaterra, tenha ocorrido no mesmo ritmo e intensidade, a evolução dos “direitos concedidos”.

A face insólita da teoria, decorre da insistência com que adeptos (ou sectários) do autor, defendem a abrangência e a universalidade de um desenvolvimento do termo, que se aplica a uma especificidade comprovada.

Finalmente, sentencia cabalmente a autora brasileira que:

“A cidadania calcada em avanços dos direitos civis, políticos e sociais, foi eficaz à realidade européia, mais precisamente inglesa; não se molda sem questionamento ao ambiente nacional, onde o desenvolvimento social, político e econômico, caminha a passos tímidos.”⁽¹⁷⁾

Efetivamente, a postura de **Lígia da Costa Coelho** é irrepreensível, na medida em que amplia o leque da investigação que se deva fazer a fim de que se possa considerar procedente e eficiente a conclusão aferida.

1.4. A liberdade política e a igualdade social (uma definição mínima de democracia)

É quiçá na esteira do pensamento de **Francisco Weffort** - consagrado cientista político nacional - que podemos sucintamente esboçar e ampliar a investigação relacionada ao mínimo exercício de democracia, e, por via de consequência da prática de cidadão.

Instrui-nos o citado autor, presentemente, que:

“A despeito dos avanços democráticos contidos na nova Constituição, permanece sem solução a questão fundamental da separação entre liberdade e igualdade social.”⁽¹⁸⁾

A par desta assertiva - e em que pese a mesma se referir especificamente às adversidades nacionais brasileiras - podemos respaldar a nossa argumentação teórica maior, visto que, não é de forma muito diversa, que a doutrina mundial tem concluído.

Ou seja, a revelia dos textos constitucionais mundiais, à despeito das Instituições - sejam quais e onde forem - permanece em aberto a efetiva consideração e obediência aos fundamentos básicos da democracia.

Aproveitando da impiedosa desarticulação entre a liberdade política e as - ainda maiores - “demandas sociais” existentes, estaremos refletindo sobre uma realidade persistente há muito tempo.

Desconsiderando assim, espaço e tempo - e aqui, sem o risco da contradição, reiteramos que tal exercício é oportuno - iremos perceber (incitados pelo raciocínio weffortiano), que a ordem política, a par da celebrada “questão social”, não se tem sequer descobertas uma à outra.

Na recente obra, que leva o título de “Qual Democracia?” o aludido escritor brasileiro, nos ensina que, as regras institucionais que dão sentido à democracia representativa, estão explicitadas na definição dos procedimentos que a doutrina política denomina **“definição mínima de democracia”**, quais sejam: **voto secreto, eleições regulares, competição partidária, direito de associação responsabilidade dos executivos”**.

Esta **“definição mínima”**, entretanto, diz respeito à chamada **democracia formal**, que - sem desmerecimento algum - paralelamente à almejada **democracia substancial**, efetiva, deve ser fortalecida, ou até mesmo, precedida pela democracia materialmente possível.

Assim ocorrendo, estar-se-ia assegurando a reconciliação do requisito da liberdade política com o - não menos valioso - elemento idealizado, que é a igualdade social.

Os antigos valores e fundamentos clássicos, em seu processo ontológico básico, se fazem refletir nas “leis” (latu sensu) sociais, à partir de um consubstanciamento material e formal.

Outro fenômeno que surge normalmente, é o do “espelhamento”, isto é, a circunstância, segundo a qual uma série de fatos geram efeitos pelo seu destaque e repetição.

Assim por exemplo, poderíamos citar a **impunidade**, que de uma maneira geral, percorre todo o tecido social associativo, sugerindo a reiteração, a reedição dos “maus exemplos”.

Julgando estar agindo de “**pleno direito**”, em legítima defesa, o cidadão indignado e explorado pelo abuso de poder da autoridade (corrupção e privilegiamentos), repete a prática delituosa, ilícita e imoral.

Não obstante, **Weffort** lucidamente traz á propósito, opiniões existentes na doutrina, que reconhecem na **democracia** formalisticamente considerada, um conceito voltado à **um método de adquirir poder, com base na competição pacífica entre as elites**.

Sem levar em conta as demandas sociais atuais, seria como que se estar lidando com um mero conceito clássico e inócuo; para não dizer prescindível.

Este conceito, além de poder ser considerado **viciado**, seria também **vicioso**; à míngua de fundamentos próprios, que, da mesma forma se foram classicamente erigindo.

Fundação e erguimento, que paralelamente teriam sido levadas a cabo, por **“incluídos e excluídos formalmente”**, deste empreendimento e regime.

Weffort sugere uma explicação meticulosa, que ladeada pela chamada à atenção de uma imprescindível discussão teórica - que não restringe o exame do tema à uma mera alteração de definição - acrescenta ao debate, quando exclama: **“(...) pelo menos de um ponto de certo alcance interpretativo: o funcionamento das regras mínimas.”**⁽¹⁹⁾

Relacionando pensadores modernos - que muito embora, desde a época de 50 venham dedicando suas meditações ao tema da democracia e correlações advindas - ainda tem olvidado de aspectos relevantes e decisivos para a firme compreensão, do autêntico enredo no qual se forjaram os regimes democráticos.

Complementa ainda, que (referindo-se a estes mesmos autores): **“Muitos deles, aceitam a definição mínima da democracia, como se as ‘regras do jogo’ fossem apenas formas vazias, desprovidas de qualquer conteúdo social.”**⁽²⁰⁾

Ultrapassa, assim, o eminente Ministro de Estado, a primária - mas penosa - repulsa à inexistência de **cunho substancial-individual** ao complexo entendimento das categorias afetas à participação do homem em seu processo existencial.

À partir de uma investigação dialética série, comprovadora da incontestável existência de uma sociedade de **“cidadãos integrados”** e de **“cidadãos marginalizados”**, **Weffort** anuncia a manifestação de uma **“democracia de conflito”**, espécie de convívio social, onde mais do que uma **democracia liberal regulatória**, teríamos uma sociedade extremamente desorganizada e dividida.

Contudo, esta divisão, por si só, acarretaria uma organização em grupos, que denotaria alguma tentativa pontual de organização.

A seguir, estabelece a distinção entre o que denomina de “**democracias sociais**” e “**democracias de conflito**”, destacando a relevância que aquelas atribuem ao consenso nas **questões econômicas e sociais básicas** (grifo nosso) e à imprescindibilidade destas últimas sustentarem uma “**sólida legitimidade de regras e procedimentos**” (grifo nosso) de modo a tornarem intolerável o intenso conflito sobre questões de substância social e econômica.

Retoma a discussão, em torno da chamada “**democracia populista**” (que em muito interessa ao presente trabalho, pois é o estigma que revela o estereótipo do político, do líder personalista), que em seu entendimento, consiste na “**espécie de liderança**”, ainda hoje, mais acatada e sedimentada no Brasil.

Ou seja, a figura do dirigente, do “condutor e guia” do povo, para o povo, e por isso mesmo, **populista**...

O governante “**modelar**” (ou seria modelado?!...), encarnando toda a sistemática de poder e distribuição de poder, de “**concessões**” e regulador das liberdades políticas.

Reafirma Weffort na citada obra, que nosso pensamento político é **marcadamente populista**, e que toda esta tradição, resulta de um processo de plágio das instituições e cultura política norte-americana.

Neste sentido, a **cidadania** se originaria, portanto, numa sociedade de classes.

Conferida a um indivíduo, serviria esta condição, para edificá-lo na esfera pública.

Sucedendo, entretanto, que, até mesmo este conceito de “**classe social**” (grifo nosso) tem que ser revisto, retrabalhado.

É evidente que ainda existem **classes sociais** mas o uso que o discurso marxista tradicional faz deste conceito, tem que ser adaptado e revisto aos dias de hoje.

Embora em qualquer situação social existam relações de força, de **dominação** (que acabam por estruturar uma sociedade), há que se verificar as formas de manifestação destas ações e suas renovadas repercussões.

Permanece inabalável o conceito relacionado à luta de classes e sua utilidade na tradição marxista - como também a influência que exerceu sobre as demais correntes ideológicas - é incontestável.

As lutas travadas pelo povo com a autoridade instituída, ainda hoje dependem de todo um estudo teoricamente mais detido a fim de discriminar **a quem ou a quais** será atribuída a hegemonia.

Não se trata de conservar ou abandonar o tradicional conceito de **luta de classes**; mas sim, de adequá-lo a uma nova situação político-econômica.

O “**status**” ao qual se referia **Marshall**, diz respeito à isto, ou seja, à condição transcendente à “**igualdade humana básica**”, associada ao conceito de participação integral na comunidade. Composição esta, que consiste num modo de viver, inerente e motivado **de dentro para fora** e não imposto, **de fora para dentro**.

À partir de um crescente processo de convencimento pessoal, de formação psicossocial ordenada; de **educação**.

Pois se nenhuma sociedade é desorganizada totalmente, tampouco seus governos e governantes o são.

E, sendo a **cidadania** um elemento identificador do indivíduo na esfera pública, isto pressuporia afirmar, que tal condição, encerraria no mínimo 02 (duas) premissas:

1ª) que todo processo de identificação pressupõe a existência de **igualdade e de diferença**, do mesmo e do outro. Através de um sistema de referências - via de regra arbitrário - se torna possível distinguir os seres entre si, retirando-os de uma condição indiferenciada, agrupando-os em determinadas **classes** e garantindo-lhes a necessária “autonomia”.

Cabe dizer que: na relação dos seres com o **sistema de referência**, identifica-se o “este” e, dialeticamente, o “não-este”.

Assim, o atributo da **cidadania**, evidencia o “**não-cidadão**”, o marginal, isto é, aquela pessoa que literalmente vive à margem e não corresponde às referências impostas, ao “**status**” adotado e vigente.

2ª) que todo processo de identificação encerra uma **relação de poder** - ao nosso ver, profundamente eivado de personificação, de nomeação - e que apresenta a condição de existência de cada um; o “**identificado**”, e a ação do outro, o “**identificador**”.

Nesta esfera, atuam então, o **dominado** e o **dominador**, o **submetido** e o **submissor** (detentor do poder)...

Segundo Gianotti⁽²¹⁾ : “(...) a identificação concretiza a ‘**presentificação**’ ” (...) destes dois seres distintos.

Um certo sistema de referências, contudo, viabiliza a situação de **inclusão** ou **exclusão** de elementos do grupo.

A **cidadania** faz desta forma, a mediação das relações entre os indivíduos **identificados**, “**presentificados**”, como cidadãos frente ao Estado (e os titulares do poder), os que se incluem na ordem dos **direitos e deveres**.

Ao fazer isto, identifica - conforme já referimos - os que se encontram alijados dessa mesma ordem, os **“não-cidadãos”**.

Podendo identificar **“quem pode”**, o Estado polariza os conflitos que o direito à **cidadania** atribui!

Assim como o Estado e a **cidadania** são correlatos na polarização institucional, o mesmo cidadão, ainda tem que corresponder-se com o detentor deste poder estatal, o governante.

Este governante, no mais das vezes, está movido por **vaidades e idiossincrasias** intermináveis e dificilmente decifráveis.

A **cidadania** em si, torna-se sob certo aspecto, num arcabouço da desigualdade social (se formos considerá-la do ponto de vista formal), sendo legitimado pelo Estado e seus diretores.

O próprio Weffort é rico em suas citações à **“lideranças personalistas”**, que à exemplo de **“carismáticos”** da América vizinha, souberam no Brasil, praticar política de forma nada especulativa e metodológica.

Isto, em que pese terem incorporado de modo mais ou menos evidente, o sentido de **“uma democracia da maioria”**, revitalizada pela notável **“preocupação com o igualitarismo político”**.

Weffort assinala ainda, que: **“(…) temos uma democracia política de massas”**. Com isso, quer dizer que estamos a meio caminho de uma efetiva **“democracia social de massas”**, intento maior projetado no horizonte de qualquer nação prossista.

Enfim, preconiza o autor em tela, neste luzidio recorte de sua obra citada, que as reais mudanças, só ocorrem - se fazem - pelo estabelecimento de **“regras de garantia**

dos direitos relativos aos conflitos normais da sociedade moderna”, tais como: greves, ‘minorias políticas’ ” (embora maiorias numéricas: negros, mulheres, etc...), etc...

As mudanças só ocorreriam efetivamente, quando as decisões fossem qualificadoras de um melhor modo de vida e participação, ao invés de meras **“meras decisões substantivas”**, expressão utilizada pelo autor.

Significa dizer , que os chamados e tão aclamados **“pactos sociais”**, não surtiriam maiores efeitos ou se consubstanciariam, se os governos (seus parlamentos e partidos políticos) não sustentarem este verdadeiro **“reformismo social”**.

Por fim, ao resgatar a argumentação segundo a qual, para consolidar a democracia, é necessário **“(...) pressionarmos as alavancas existentes em nosso sistema institucional”**, Weffort conclui, afirmando que é condição *sine qua non* para a efetivação da democracia, sua plena consolidação e fortalecimento.

Isto se dará, sem dúvida, pela gradual ampliação da participação dos atores do processo participativo - **formal e informalmente** - dentro e fora do Estado.

Também é *condição sine qua non* para o incremento da luta pela **cidadania efetiva, da igualdade social**, real contribuição individual para com as Instituições do Estado e as ONGs, acionando desta forma, alternativas democráticas (sentido amplo).

Assim é, que, ao final do elucidativo capítulo primeiro da citada obra, Weffort conclama efusivamente à todos, para que partam ao que denomina de **“(...) promoção do aumento da capacidade de organização democrática entre a população em geral e particularmente entre os segmentos mais pobres”** ⁽²²⁾

Consistiria em dizer: promover um **momento de ruptura** com a aparente **apatia existente**, se incentivando práticas voltadas à geração de fatos positivos e favoráveis ao nascimento e maturação de uma nova postura **“cidadânica”**.

Esta “luta” afinal, seria como que uma empreitada infinda, um “em se fazendo constante”, uma direção a ser tomada a fim de se chegar ao mínimo de uma “inter-relação entre democracia política e democracia social”.

Se conjugando a “defesa da liberdade política” e a “defesa da igualdade social”, estar-se-ia adentrando numa nova fase do convívio social-democrático - conflituado é bem verdade - mas que forçosamente redundaria, mais cedo ou tarde, num regime político mais participativo.

NOTAS

01. DE COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. Rio de Janeiro : Ediouro, 1932, p. 7.
02. Idem.
03. Idem. Ibidem.
04. MARSHALL, T. L. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro : Zarah, 1990, p. 70.
05. DA COSTA COELHO, Lígia Martha C. **Sobre o conceito da cidadania. uma crítica a Marshall, uma atitude antropofágica**. In: **Cidadania/Emancipação**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990, p. 10.
06. Idem, p. 10.
07. Idem. Ibidem, p. 10.
08. Idem. Ibidem, p. 11.
09. Idem. Ibidem, p. 13.
10. Op. Cit.
11. DA COSTA COELHO, Lígia Martha, p. 15,.
12. Idem. Ibidem, p. 17.
13. Apud. MARSHALL, T. L.

14. MARSHALL, T. L.
15. DA COSTA COELHO, Lígia Martha, p. 19.
16. Apud. MARSHALL, p. 21 (DA COSTA COELHO).
17. DA COSTA COELHO, Lígia Martha, p. 22.
18. WEFFORT, Francisco Correia. **Qual Democracia?** São Paulo : Companhia das Letras, 1992, p. 98.
19. Idem, p. 97.
20. Idem. Ibidem.
21. Op. Cit. p. 33.

CAPÍTULO II

2. O PERSONALISMO E OUTROS VÍCIOS CULTURAIS BRASILEIROS

2.1. O legado centralista: antecedentes históricos

Numa avaliação superficial da gênese e evolução do sistema político no Brasil, se identifica um nítido predomínio de arranjos institucionais centralizadores.

O centralismo se afirmou já no período colonial com a criação dos **Governos Gerais** em nome do desenvolvimento das filiais, quando na verdade, quem se desenvolvia era a matriz.

A tentativa da administração portuguesa de manter a homogeneidade do território brasileiro, engendrou a organização de um cenário político absolutamente incapaz de reconhecer as diversidades na composição sócio-econômica do país. Isto, sem considerar a questão étnico-cultural a qual já fizemos referência no **Capítulo I** (vide ponderações de Fustel de Coulanges e Marshall, principalmente).

Os nomes considerados virtuosos (bons) - ou seja, aqueles que de alguma forma se projetavam socialmente no período colonial - podiam ser divididos em dois tipos: os donos da terra e alguns sacerdotes católicos.

O estrato social participativo, era restrito.

O sistema de mando até o início do século XIX permanecia **absolutista** pois as agências do governo monárquico existentes na Colônia, não passavam de unidades descentralizadas, sem qualquer tipo de autonomia administrativa.

A Federação brasileira não nasceu da agregação voluntária de suas partes integrantes, mas outrossim, por desejo do Governo e do **governante centralizados**.

No século XX a história á alternada por períodos relativamente **“democráticos” e “autoritários”**.

A questão, todavia, é que a centralização conseguiu se firmar em nome do **desenvolvimento**.

Sem pretender superestimar este aspecto - que tornamos à destacar com fulcro de nossa problematização - referimos novamente o fator **“personalista”** desta contingência, como a grande marca deste período histórico.

Nesta linha de raciocínio, então tentaremos apurar no presente capítulo, os fenômenos que desde há muito vem permeando as relações de convívio (poder). Como não apontar, por exemplo: a **apatia geral da população em ver seus direitos observados pela autoridade e seus concidadãos; a transferência de responsabilidade à outrem; a baixa-estima do povo; a incompetência das elites dirigentes; as “culturas” da esperteza (Lei de Gérson), do imediatismo, do fisiologismo, do paternalismo, do clientelismo, etc...**

Tudo isto, obviamente, tendo como **“pano-de-fundo” a (de) formação da cidadania** enquanto categoria dinâmica do estudo.

A heterogeneidade das coletividades daí ignorada pelos governos centralizadores e estas culturas, positivas e negativas, mesclaram-se num emaranhado de sociedade confusa.

A pior consequência, entretanto, foi o enfraquecimento do potencial **poder decisório** da sociedade civil, através de políticas públicas dirigidas **forte, autoritária e centralmente**.

Conforme já referimos, destaca-se a **“Revolução de 30”**, como o momento histórico que propiciou o nascimento de um Estado provisório - embora presente fortemente - sujeito às várias influências e interesses dos grupos referenciais que o fundara, assim entendidas, as **oligarquias rurais e militares**.

Mais adiante, com a instauração do **Estado Novo**, em 1937, se consolidou o arranjo do poder, resultante da fase de 07 (sete) anos - 1930/1937 - de sistema político conturbado.

Antes disso, outro momento importante, foi representado pela elaboração **“sui generis”** da **Constituição de 1934**, a qual nos reportaremos mais detidamente adiante, e que vigorou por apenas 03 (três) anos.

Entretanto, destaque-se - sob pena de injustiça com a história da democracia brasileira - que efetivamente, naquele processo constituinte, algo de novo aconteceu, pois que, a composição dos atores legisladores naquela ocasião, se diversificou pela convivência de **políticos tradicionais e representantes laborais**.

O Estado à partir da **ditadura Vargas**, passou a atuar em bloco, na direção da industrialização, da afirmação nacional e da construção de uma sociedade urbano-industrial **“moderna”**.

Isto, deu início ao êxodo rural, que trazia enormes levas de trabalhadores do campo às periferias das cidades.

Centros urbanos despreparados para receber tais contingentes, ocasionando assim, maior nível de **dependência e paternalismo** na relação destes com os anfitriões administradores públicos.

O Presidente Getúlio Vargas e seu grupo - a pretexto de prosseguir “protegendo a classe trabalhadora” - reforçam a legislação trabalhista e a lei Maior, instaurando um forte regime de exceção.

Este período da história nacional é profundamente constrangedor, pois poderia ser traduzido na mais singular afronta “permanente” à lei (sentido amplo) e ao processo legislativo (institucional), que fora até então, á duras penas construído.

Senão vejamos alguns dispositivos da **Carta Constitucional de 1937**, a denominada “**Polaca**”, pois que, produto de plágio da Constituição Polonesa da época:

“Art. 11. A lei, quando de iniciativa do Parlamento, limitar-se-ia regular, de modo geral, dispondo sobre a substância e os princípios, a matéria que constitui o seu objeto. O Poder executivo (grifo nosso) expedirá aos regulamentos complementares.”⁽¹⁾

A flexibilização inaugurada no processo legislativo (sobretudo pela maior participação popular) com a **Carta de 1934**, cedeu lugar à abrupta interferência do **Poder Executivo** (e seu titular), que “amarraram” o legislador e representante popular, à partir da **Constituição de 1937**. Senão vejamos outros exemplos:

“Art. 12. O Presidente da República (grifo nosso) pode ser autorizado pelo Parlamento a expedir decretos-lei (grifo nosso) mediante as condições e nos limites fixados pelo ato de autorização.”⁽²⁾

Sucedee, entretanto, que tal “ato de autorização”, jamais se materializava, até por que, os próprios líderes federais legislavam a revelia do Poder Legislativo. Isto tudo, compreendido como forma de justificar: “(...) para o bem do povo e da nação”.

Mais uma vez, a participação popular no processo de elaboração legislativo, era descartado e obstruído.

O que inicialmente surgira para facilitar o encaminhamento da nova política do Presidente da República, se foi hipertrofiando e chegou às raias do absurdo, quando, por qualquer **motivação pessoal**, se utilizava do execrável expediente do **Decreto-Lei**, para governar o país.

Neste sentido, o art. 14 do texto supremo de 1937, rezava que:

O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias (grifo nosso), poderá expedir livremente Decretos- Leis (grifo nosso) sobre a organização do Governo e da Administração Federal (...)"⁽³⁾

Falácia! Os limites não existem e a livre expedição de Decretos-Leis, era a **expressão enganosa**, que denunciava a ampla ingerência do Presidente da República na vida nacional e da “massa desamparada”.

Muito embora o cenário institucional tenha sido sensivelmente distendido com o advento - em 1946 - da nova Carta, somente bem mais tarde - em 1961 - o **Pacto Populista** tecido no final do Estado Novo, começa a ruir.

2.2 O Poder legiferante do Presidente da república à partir de 1930 (uma necessária retrospectiva)

O marco divisório de todo processo histórico-evolutivo da política brasileira - sobretudo no que concerne à **forma de comandar e legislar** - foi o processo revolucionário de 30 (mil novecentos e trinta).

Tão logo Vargas assumiu o comando da Nação, comprometeu-se em outorgar uma nova Carta Magna ao país.

Sucedeu que, isto somente ocorreu, após insistentes “insurgências” e “sublevações” que à exemplo da **Revolução federalista do Estado de São Paulo** - em 1932 - persuadiram o governante à mudar o rumo de seu projeto.

Pois bem, convocado o processo constituinte “*sui generis*”, de 1934, o Poder Central cedeu circunstancialmente, espaço, às **manifestações populares**.

Inaugurava o preâmbulo da carta, a seguinte redação:

“Nós, os representantes do Povo Brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (...)”⁽⁴⁾

Caracterizava-se assim, a Lei Magna Brasileira de 1934, pela **reduzida competência privativa** do Poder Executivo (em comparação aos dispositivos previstos nas Cartas sucedâneas, sobretudo a de 1937) e pela acentuada possibilidade de **responsabilização do Chefe do Executivo**.

Já o preâmbulo da referida Carta Magna (Polaca), denotava a sintomática “**paranóia ideológica**”, vivida no momento político da época.

Senão vejamos:

*“Atendendo às **legítimas aspirações do povo brasileiro** (grifo nosso), à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem, resultantes da crescente agravação dos dissídios partidários, que uma **notória propaganda demagógica** (grifo nosso) procura desnaturar em **luta de classes, e da extremação de conflitos ideológicos** (grifo nosso), tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, a resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da **guerra civil**; (grifo nosso)*
*(...) **bem estar do povo**;*

Com o apoio das Forças Armadas e cedendo as aspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente apreensivas diante dos perigosos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas: (grifos nossos)

Resolve assegurar a Nação a sua unidade, o respeito à honra e à sua independência e o povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, seu bem-estar e à sua prosperidade, Decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo os país:

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL(...)⁽⁵⁾

Dispositivos desta ordem eram construídos, à título de justificar o caráter onipotente e descabido da implantação dos corriqueiros “regimes de exceção”, essencialmente personalistas e alienantes.

Estas foram as primeiras características do período compreendido entre 1937 e 1946 (09 anos de Estado Novo).

Ainda à guisa de exemplificação, poderíamos destacar a flagrante dependência propugnada pelo Artigo 38 da Constituição de 10 de novembro de 1937, quando dispunha taxativamente:

“O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional, com a colaboração do Conselho de Economia Nacional e o Presidente da República (grifo nosso), àquele mediante parecer nas matérias da sua competência consultiva e desde pela iniciativa e sanção dos projetos de lei e promulgação dos decretos lei, autorizados nesta constituição”⁽⁶⁾
(grifo nosso)

Mais metáforas e engodos, para camuflar a onipresença do líder majoritário da Nação no processo legislativo e decisório

Isto tudo, inquestionavelmente maculando a política partidária; já viciada e perniciosa, mas, sobretudo, comprometendo irremediavelmente, qualquer possibilidade de renovação eficaz no processo eleitoral e conseqüentemente popular.

Cerrada a via institucional, pouco ou quase nada era possível aos movimentos populares emergentes. Um Estado atrelante e um povo atrelado...

O intervencionismo assumia seus maiores índices e o liberalismo remanescente, também movia-se, forjando um cidadão desinformado, aparentemente “sem opinião”. Ou seja, tanto esta fase (1930-1945) como a posterior (1946-1961), não foram suficientemente capazes de contemplar uma ruptura efetiva do homem comum com o governante “sedutor”, pseudo libertadores.

2.3. A nova postura do Estado brasileiro frente ao indivíduo (Constituição de 18 de setembro de 1946)

Encerrada a primeira fase da personificação autoritária de Vargas, o establishment contra-golpista outorga uma nova espécie de Constituição à Nação, que, atenta às tendências mundiais do pós-guerra, contempla no seu bojo (texto escrito), valores resgatados pela população, como também, pela novíssima oligarquia urbano-industrial.

O novo grupo no poder, antevendo uma nova ruptura da ordem civil, flexibiliza e “concede” chancelas ampliadoras dos direitos e das garantias individuais.

Com isso, não pretendemos sustentar que todo o período careceu absolutamente de “lutas populares...” Outrossim, pretendemos demonstrar que - sem dúvida - mais uma vez, antes de qualquer conquista significativa, houve concessão institucional às demandas sociais.

À exemplo da tendência internacional (notadamente das épocas Constituições Mexicana e Alemã; ainda vigentes à época) e em muito pela influência hegemônica da diplomacia norte-americana, os legisladores constituintes de 1946 e os titulares do Poder Executivo federal, primaram pela revalorização dos **direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade**; realimentando desta forma, a quase extinta “flama da cidadania”.

Embora o cenário institucional tenha sido sensivelmente distendido com a promulgação da Constituição de 1946, apenas bem mais tarde, em 1961 (com a Emenda Constitucional nº 05) é que os Municípios e seus respectivos munícipes, passaram a desfrutar de maiores recursos materiais para uma relativa melhora nas condições de vida.

A maior autonomia dos Municípios, proporcionaram condições de governabilidade, até então, nunca vistas.

No final da década de 50 e início da década de 60, a insatisfação popular - mais ou menos organizada - com o tratamento populista (fisiológico e casual), influenciou o governo, à ponto de ocasionar mudanças de comportamento no titular do Executivo federal.

Farta de comportamentos excêntricos (sobretudo com a renúncia de Jânio Quadros), a Nação desperta com a classe política, para a necessidade de se fazerem de uma vez por todas, as tão propaladas **reformas de base**; reformas estruturais no país massacrado por tantas políticas ineficazes.

Todavia, os setores conservadores novamente reagem e consuma-se novamente uma intervenção abrupta, militarizada, em 31 de março de 1964.

Antes, porém, é de bom alvitre mencionar algumas medidas constitucionais (Carta Magna de 1946), que ainda tentaram inibir o comportamento centralista e

egocêntrico (que vinha especificando a maioria dos Presidentes da República até aquele período). Podemos mencionar, por exemplo:

“Art. 7º - vedação de intervenção do Governo Federal nos Estados Federados, salvo reduzidas as previsões capituladas no respectivo art. e seguintes.

Art. 39 (p.ú.) - concorrência do próprio Poder Legislativo (através de um terço das Câmaras) com o Presidente da República, para a convocação extraordinária da Casa Congressual.

Art. 65 - ampliação das atribuições genéricas do Poder Legislativo, com a subsequente retirada dos poderes anteriormente somente atribuídos ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 66 - ampliação da competência exclusiva do Congresso nacional; acarretando desta forma, maior participação no processo decisório estatal. Exemplo disso: autorização para decretação de guerra, autorização para aprovar ou suspender intervenção federal, autorização para ausentar-se por tempo determinado - do país ao Presidente e (ou) seu Vice.

Art. 88 (p.ú.) - possibilidade de declaração pelo Poder Judiciário, da suspensão das funções de Presidente da República.”⁽⁷⁾

Por outro lado, reforçando a intenção de ampliar a **participação popular** no processo decisório nacional, se inova, pela inclusão de todo um Capítulo dedicado à **direitos sociais**, consubstanciados sobremaneira, no art. 141 da Carta Constitucional de 1946, em seus parágrafos.

Direitos garantidores de liberdade e maior expressão, tais como:

- isonomia legal;
- princípio da reserva legal;
- o conceito do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da coisa julgada, constitucionalmente explicitados pela vez primeira;
- apreciação - expressamente prevista - pelo Poder Judiciário, de qualquer lesão ao direito individual;

- redução dos critérios de censura;
- liberdade de consciência e crença e seu livre exercício (religião);
- liberdade de associação para fins lícitos;
- inviolabilidade do domicílio do indivíduo;
- primeiros passos da Lei de Direitos Autorais;
- fim da prisão discricionária por parte das autoridades;
- contemplação dos institutos do Habeas-Corpus e do Mandado de Segurança;
- princípio da ampla defesa e do processo criminal contraditório;
- assegurado o direito de representação, mediante petição dirigida aos poderes públicos, contra abusos de autoridade e sua conseqüente responsabilização.

Enfim, um momento fecundo, que naturalmente provocou uma distensão popular bastante significativa. Uma efervescência política igualmente interessante e que somente seria interrompida, pelo retorno de Vargas ao poder (1951), através do **Movimento do Queremismo**.

Para finalizar o presente capítulo, é relevante, ainda, que se elucide dois outros aspectos pertinentes ao tema, quais sejam:

- a gênese e o renascimento da ideologia municipalista na década de 50; e
- o surgimento à partir da década de 70, de outras formas de associação e participação social.

2.4. A ideologia municipalista e o poder local

O municipalismo se constituiu numa outra “chama sagrada”, que nunca morreu, mesmo nos momentos de maior furor centralista.

Contando com a cumplicidade deste, se desenvolveu de maneira mitigada à sombra do regime autoritário de 1937 e, em alguma medida, no regime militar mais recente.

Todavia, o período no qual mais prosperou o ideário e a prática municipalista, foi o compreendido entre a Carta liberal de 1946 (década de 50 portanto) até a instalação do regime de exceção militarista no início de 1964.

Nesta fase da história nacional, teve início um desvencilhamento de antigas funções da União e dos Estados-Membros, que foram transferidas para outros atores abaixo do Estado. Este processo motivou o surgimento das primeiras “redes sociais” efetivas e de caráter transformador, tais como: as **Ligas do Campo**, os **Círculos Operários**, as **Associações Comunitárias** e o **Sindicatos em geral**.

O “pensar global, agir local,” decididamente foi assumido como palavra de ordem e bandeira pelos movimentos sociais que defendiam uma reforma do Estado.

Esta ideologia descentralizadora, passa então, a ser defendida - inserida no bojo de uma nova agenda de reformas estruturais - pelas agências financiadoras de ações **não-governamentais**, no mundo inteiro.

Mais recentemente, com a promulgação da Constituição de 1988, o reformismo propugnado pela mesma, reflete claramente na retomada e na sedimentação da ideologia municipalista e supra-institucional já visível há 40 (quarenta) anos atrás.

Agora, mais “profissionalizada” e com resultados bastante positivos.

Um súbito culto às **relações comunitárias** tomou conta das cidades, invadiu o campo e de roldão forja um novo cidadão.

Mesmo assim, segundo alguns teóricos menos otimistas, estas redes sociais, seriam apenas “biombos” que encobririam a crise fiscal de um Estado falido e incapaz de atender às mínimas condições de vida dos cidadãos.

O já percebido “desvencilhamento” de antigas funções, seria efetivamente a melhor forma do Estado se ver livre das suas atribuições cada vez mais onerosas. Como fator complicador, o Estado encontra na outra ponta da relação, um povo que ele mesmo próprio “viciou” e acomodou clientelisticamente...

Entretanto, ele percebe que as relações que se construíram no passado, esgotaram suas possibilidades de convivência.

Politicamente, o velho **Pacto Patrimonial**, oligárquico e centralista, foi irrigado por uma teia de cumplicidades políticas, que ainda sobrevive.

O **coronelismo** que era o sistema de dominação dos chefes locais, assumiu novas nuances, e as oligarquias nacionais, se sustentam agora, de diversificadas formas.

O que era um mero fenômeno regional, enfraqueceu e deu lugar - na maior parte do território brasileiro - à novas espécies de dominação.

Hoje, as funções de poder de um político, se misturam com as funções estaduais e municipais. Um cargo federal, ocupado por um representante dos interesses locais, pode ser tão nefasto quanto os repasses federais para a região; servindo apenas, aos seus mediadores políticos.

Quem continua perdendo espaço, é a sociedade laboriosa, que necessita das diferentes esferas governamentais.

Fortifica-se desta forma, o **clientelismo** e a acomodação de um povo mal-instruído política e culturalmente.

À pretexto de se priorizar um Município, uma região específica, o que se assiste na verdade é à uma formação de aprisco eleitoral, de renovado “reduto”, onde a “sempre nova” liderança, estabelece regras de comportamento que irão nortear o rumo e a profundidade das relações entre si e os seus eleitores.

A nossa ordem política, no mais das vezes, assim tem sido construída; isto é, pela edificação de um perverso “**modelo**” de excludência das classes populares, em tudo o que diz respeito à tomada de decisões.

O **centralismo** e a **veneração** existe entre o governante e o governado, tem sido a tônica de farta literatura à respeito do poder político no Brasil nestes últimos 65 (sessenta e cinco) anos de República recente.

Para sairmos deste impasse e mudarmos as relações existentes, cremos que será longo e penoso o caminho à ser percorrido.

Contudo, a lógica e a racionalidade, apontam para a paulatina ruptura desta cumplicidade nacional.

É necessário se limitar a desordem e a confusão decorrentes da superposição das ações. A compreensão do **poder local** não passa pela admissão, pelo consentimento do **poder oligárquico** e **personalista**.

É preciso, outrossim, que se compreenda de uma vez por todas, que abaixo do **Poder Público** situa-se uma **comunidade** “organizada” seja em que nível for...

Existem os trabalhadores, os empresários, os educadores, enfim; associações diversas, suficientemente capazes de dar um perfil democrático à um país continental.

País, fundado à partir de um modelo estatal importado de Portugal, onde a sociedade está vindo depois.

2.5. A relevância das novas formas de participação social como instrumentos de refre- amento do personalismo e outros vícios culturais brasileiros

O chamado “engajamento cívico” é hoje, um dos fatores preponderantes do estudo dos cientistas políticos, no que diz respeito às novas modalidades de participação democrática.

A par de vícios culturais - que podem servir de referência importante para que cidadãos e organizações da sociedade possam fazer sua autocrítica, tais como a **cultura da esperteza (Lei de Gérson)**, a **cultura da transferência da responsabilidade**, a **cultura do imediatismo e do superficialismo**, a **cultura da baixa auto-estima**, da **cultura do piadismo (rir-se da própria desgraça)**, do **emocionalismo e da ciclotimia**, do **teoricismo e tecnicismo**, da **cultura do corporativismo**, do **fisiologismo e do nepotismo**, e por fim da **cultura do conformismo** - existem iniciativas de grupos sociais que merecem destaque de estudo. (grifos nossos)

Para autores como Putnam⁽⁸⁾, cidades, regiões e países, fazem seus governos funcionarem melhor e se desenvolverem mais, se seus cidadãos forem “mais engajados civicamente” em associações, quaisquer que sejam.

Em recente visita ao Brasil, o citado cientista político discorreu sobre suas pesquisas na Itália, onde pôde averiguar os fatores preponderantes na qualidade do governo e do progresso.

Considerando a complexidade do processo social, assim mesmo logrou destacar o fator determinante do ajuste que as pessoas vem realizando na associação de suas vontades.

O estabelecimento de laços de reciprocidade e confiança entre as pessoas de uma comunidade ou região, faz com que se constitua o que ele denominou de “**capital social**”.

Tal temperamento, conduziria - segundo a análise de Putnam - à um desenvolvimento **econômico** destas comunidades, já que estas associações “cruzam as divisões sociais”.

Haveria uma transcendência aos interesses dos mais favorecidos, que atuariam no atendimento das demandas sociais dos indivíduos marginais.

Será mesmo possível, imaginável?!...

Despertariam realmente, estas associações, o “espírito altruísta” das pessoas, tornando-as fraternos **cidadãos**?

Não é de se crer. Todavia, prossegue o autor norte-americano, afirmando que:

“Nessas comunidades, os cidadãos estariam engajados nos negócios públicos, e a confiança, a solidariedade e a obediência `alei, seriam componentes do estado de coisas.”⁽⁹⁾

Independentemente da estrutura do governo, da estabilidade social, e até mesmo dos partidos e da ideologia, o engajamento cívico seria a condição primordial do desenvolvimento.

Perfeito! Não há o que reparar nesta máxima apurada por Putnam, entretanto, outros aspectos devem ser levados em conta para que consideremos como válida, esta “exaltação” às chamadas **Organizações Não Governamentais - ONGs** - no Brasil.

2.5.1. A complexidade e a ambivalência das ONGs brasileiras

Já existentes há mais de um quarto de século nos países europeus e norte-americanos, as ONGs expandem-se ruidosamente pelo Brasil afora, à partir da década de 50.

Inicialmente situando-se como filiais daquelas matrizes estrangeiras e pouco à pouco firmando-se com identidade e realizações nacionais.

Elas tem sido exemplares no desempenho de suas atividades múltiplas, trazendo à tona, uma inquestionável alternativa de manifestação no processo democrático e social brasileiro.

Segundo levantamento recente, hoje, existem no Brasil, cerca de 5.000 (cinco mil) entidades representativas, nas mais diversas áreas de atuação sócio-econômica cultural.

A apropriação de suas interpretações e propostas, tem sido a intenção do Estado, que em diversos países latino-americanos, esgotou o seu caráter de Instituição eticamente capaz de abarcar políticas públicas, e, portanto, sua capacidade de produzir legitimidade, consenso e legalidade.

Espalhadas por todo o país, essas entidades se multiplicam numa Nação imersa em variadas crises: econômica, institucional, na saúde, etc...

Dedicando-se à diversas “causas”, principalmente as voltadas a ecologia, saúde e humanitarismo.

Entre os anos setenta e oitenta, terminou um longo ciclo da história brasileira, alterando-se os padrões de distribuição urbano-rural da população, que se transformou em sua maioria, urbana.

Com isso, houve um agravamento da situação global, pois algumas cidades atingiram elevados índices demográficos, ocasionando concentração e conseqüente aumento dos problemas decorrentes dos já enunciados “vícios culturais”. (Vide item 2.5. segundo parágrafo).

Estes aspectos, todavia, pretendemos explorar mais adiante (Capítulo III), quando analisaremos a gênese e as conseqüências da adoção dos regimes de governo no que diz respeito à sua influência e determinação no comportamento dos cidadãos.

Por ora, cabe-nos aferir e destacar os atributos e reveses da experiência tratada (ONGs).

Neste sentido, estudos recentes - como o realizado pela antropóloga Maria Lúcia Montes⁽¹⁰⁾ da Universidade de São Paulo - relativizam a propalada validade de tais movimentos populares.

Considerando os estudos de Putnam (vide tópico 2,5.), a autora de tese de Doutorado sobre o tema, alerta para a circunstância de que Putnam ignora as tradições locais - tais como: o favor, o clientelismo, o corporativismo e tantos outros vícios culturais já citados - típicas no Brasil.

Ademais, também ignora aquele pensador, os traços específicos da atuação das associações.

As ONGs, de qualquer forma, também trabalham com o modelo da dramatização dos problemas triviais e complexos - paradoxalmente - que surgem e afetam a sociedade e que não são atendidos pelo Estado em sua plenitude.

Problemas que os brasileiros já não prestavam mais atenção, como a fome.

Sobre o assunto, também opina o cientista político Bolívar Lamounier, quando afirma: “É a segmentação da participação política.”

Destaca a ONG como uma experiência resultante da crise de utopia provocada neste final de milênio, quando as grandes correntes ideológicas, os grandes líderes carismáticos, perderam grande parte de seus “poderes” de empolgar as massas.

Os impulsos de justiça, de equidade, de progresso e transformação, foram canalizados para milhares de tarefas, bem diferentes.

Ressalta que, muito mais do que pretender a “salvação dos oprimidos de todo o mundo”, preferem as ONGs, realizar pequenas conquistas, que sejam capazes de mudar a vida na comunidade nas quais elas ocorrem. Isto, embora apelativo, pode ser positivo!

Assim mesmo, insiste a doutoranda da USP - Maria Lúcia Montes - que, através de uma pesquisa de cotidiano, do lazer dos atores dos “movimentos populares”, (como os membros de associações) vê-se claramente como estes entendem sua “louvável” participação e relação com o Estado. Descreve, inclusive, o fenômeno, da seguinte maneira: “Os movimentos populares, na periferia, podem se esgotar depois de obtido o atendimento de uma reivindicação (...)”⁽¹¹⁾

Complementa o raciocínio da seguinte maneira: “(...) as pessoas tem uma vida além do movimento reivindicatório, que não se esgota nele (...)”

Referenda a idéia segundo a qual, uma visão errônea do “Estado prestador de serviços” prejudica a implementação destas iniciativas - que embora isoladas e consideravelmente positivas - acarretaria em que: “(...) as pessoas se acomodam ao Estado provedor de algumas necessidades e perdem a visão do Estado como um todo.”⁽¹²⁾

Esta forma de ver as coisas, repercutiria nas associações, e o pior, acabaria por comprometer o funcionamento das mesmas, por serem exigidas ao limite e por não poderem atender às premências da “clientela”, logo cairiam em descrédito.

2.5.2. As ONGs não são substitutas do Estado

Paulatinamente, estudiosos e ativistas das ONGs no Brasil, vêm despertando para os aspectos negativos que as mesmas passam a demonstrar em sua breve, mas marcada existência.

A principal observação que se faz, é de que não se pode olvidar que tais organismos não se tratam de “sobressalentes” das organizações estatais e do próprio aparelho do Estado.

Se deve estabelecer uma linha divisória, que ultrapasse a mera nomenclatura “não-governamental”, isto é, uma característica diferenciadora por exemplo, de uma entidade assistencialista.

Uma ONG é - ou deve ser - uma representação que se afirma pela parceria que fortalece a sociedade civil.

Por outro lado, as entidades assistencialistas, como as creches, os ambulatórios e os asilos - que tem por objetivo prestar um determinado serviço - são extensões do Estado, sem um efetivo projeto e diretriz de transformação social.

As chamadas “entidades filantrópicas”, salvo melhor juízo, normalmente se tem constituído - no Brasil - em verdadeiros “cartórios”, onde pequenos grupos beneméritos, requerem e obtém recursos, para serem aplicados em programas específicos (que via de regra carecem de uma maior e conveniente fiscalização por parte do Estado) e por isso, não articulam significativo contingente de cidadãos.

O preocupante nisto tudo, é que também as ONGs tem tido esta prática; o que, por si só, compromete sua atividade construtiva.

2.5.3. Isenção de imposto é uma forma de subvenção

O discurso de alguns militantes de ONGs - que obsessivamente condenam a presença do Estado - se esvazia, quando eles próprios acessam (sem o menor constrangimento ou receio de contradição) os fundos públicos.

Quer seja por meio de formas diretas ou indiretas, financiam suas ações pelo “cordão umbilical” do Estado, reeditando a velha prática clientelista e paternalista.

Hoje, se faz mister o rompimento desta estrutura relacional burocrático-subordinante, que só faz confundir o conceito de **popular** de **público**.

Popular designa o que é próprio do povo, e o público, destinado ao povo.

Desta forma, o campo do associativismo no Brasil, deixará de ser - antecipadamente - palco de idêntica corrupção estatal; principalmente pelo uso fisiológico de frações da classe empresarial e política, que se utilizam destes “instrumentos benemerentes”, para fugirem ao fisco.

2.5.4. A transformação possível na relação entre as associações (sociedade civil) e o Estado brasileiro

As entidades que constituem as ONGs, para que sejam efetivamente “transformadoras”, requererão - como de resto parece ser tônica de toda a problemática do presente estudo - passar por um processo de “despersonalização” (ou impessoalização) em suas direções.

O que se pode assistir - além da forte dependência ao Estado - é a existência de personalidades notórias, que, via de regra, comandam suas “ações louváveis” e louvadas pela leviana mídia, movidos por desejos personalíssimos de aparição pública.

Entretanto, não pretendemos com estas críticas, de forma alguma, “colocar por terra” todos os avanços proporcionados por estas múltiplas formas de associação, tais como: retomada do caráter solidário, incentivo à poupança privada, incremento de métodos de saúde popular, respeito à ecologia, etc...

A validade de tais iniciativas é inquestionável!...

Porém, o processo pelo qual as mesmas se dinamizam e modelam é que requer maior investigação e maturação.

O único critério para definir as formas de relacionamento entre o governo e a sociedade, deveria ser o “interesse público”.

Expressão tão desgastada, que há muito perdeu seu sentido e assumiu compreensão vulgar e semântica.

Parece que tanto o povo quanto a “esclarecida” classe dirigente “desaprenderam” este importante significado.

Os interesses - muitas vezes conflitantes - criam a necessidade de múltiplos canais de participação, de representação, negociação e gestão nos assuntos do governo.

Com o crescimento e o fortalecimento das entidades sindicais - por exemplo - aumentaram as organizações de classe e de representação profissional que propiciam o resgate das parcelas excluídas do sistema. Visto que a capacidade do Estado brasileiro efetivamente representar o “interesse público” está comprometida, vale a existência, afinal, de alternativas como as ONGs.

Para começar a **transformar** em realidade, os inúmeros projetos alternativos, portanto, é necessário se reformar o Estado, acelerando o processo de **descentralização** de suas funções, e não simplesmente **desconcentrando-as**. A primeira incumbe mera delegação, e a segunda, inclui ainda e principalmente, o benefício do bônus e a caracterização do bônus.

A desconcentração é uma forma de regionalização na qual a instância central de poder transfere parte de suas atribuições de execução de atividades para órgãos regionais, que não dispõem de poder para decidir sobre prioridades ou sobre o planejamento dos serviços. A instância central conserva o poder e a dotação orçamentária para decidir sobre políticas, prioridades e alocação de recursos humanos. As decisões continuam centralizadas, mas são executadas longe do centro. As soluções de desconcentração de atividades mais difundidas envolvem a criação de administrações regionais, normalmente encarregadas da execução de pequenos serviços de manutenção e de obras de menor porte, ou a instalação de órgãos administrativos para facilitar o acesso da população às repartições municipais.

A descentralização, por sua vez, implica a transferência efetiva de poder decisório para os agentes locais da administração municipal. Significa, portanto, que os órgãos regionais têm autonomia, dentro de limites estabelecidos, para formular políticas locais, estabelecer prioridades e planejar o atendimento das demandas. Entretanto, a simples divisão de uma cidade em unidades independentes entre si prejudica a implantação de políticas públicas abrangentes. Ou seja, a descentralização, mantendo-se a unidade do município, sempre será parcial: o governo transfere uma parcela do poder de decisão que pode ser maior ou menor, nunca total. A descentralização pode abranger, além da execução de atividades, as decisões referentes à formulação de políticas, à definição de prioridades, ao planejamento operacional, à normatização e ao controle.

Quanto maior for o grau de transferência dessas atribuições, maior será o grau de descentralização implantado.

Não é conveniente que todas as decisões, mesmo as de caráter mais operacional, sejam tomadas por órgãos centrais da prefeitura. Essa inconveniência se dá não somente do ponto de vista da racionalidade administrativa, mas também em termos políticos, para as administrações municipais comprometidas com o desenvolvimento e consolidação da cidadania e com a democratização do Estado.

As funções do Estado (enquanto União), mais do que serem repassadas, simplesmente; tem que ser delegadas, totalmente.

Ou seja, devem ser transmitidos aos grupos associativos, tanto os bônus quanto os ônus existentes em virtude da prestação responsável dos serviços públicos. De igual maneira, se deve assegurar autonomia no auferimento de fundos suficientes para o suprimento dos caixas públicos repassados.

O apoio e o desenvolvimento de formas amplas e criativas de **parceria** entre o Estado e a sociedade civil, parece ser - conforme tem demonstrado em pequena escala - a direção certa. Todavia, isto implica em se permitir que, por um lado, diferentes instituições assumam a co-responsabilidade por **ações de interesse público** (sem a formação de monopólios), e por outro lado, que a própria comunidade organizada, estabeleça suas prioridades, administre seus recursos de forma honesta, racional e eficiente.

Desenvolve-se assim, a **capacidade de se cuidar de si mesmo...**

A comunidade, certifica-se de sua autonomia e cria novos canais de participação de controle público.

A multiplicação de espaços de negociação de conflitos e tudo mais, deixa de ser novidade e assume realidade freqüente em diversas comunidades brasileiras.

Com a substituição de uma prática cultural centrada na figura do **dirigente** - que distribui e cobra avanços proporcionados pelo grupo - é que poderá acontecer o efetivo avanço.

Consiste, enfim, em se desprivatizar o “methodus” público, injetando novo ânimo nas relações associativas e institucionais.

Ainda com respeito às ONGs, afirma Ilse Sherer-Warren (1993, p. 115):

“as ONGs no Brasil têm atuado na organização popular, no fortalecimento político e social das minorias, no desenvolvimento das questões ditas “alternativas”, como a ecologia e a paz, nas atividades de denúncia com relação aos “direitos humanos”, na produção de conhecimento e na democratização das informações. Da mesma forma que as organizações populares de defesa de interesses específicos, também as ONGs, que vinham se formando no Brasil desde o fim da década de 60, inicialmente, realizavam um trabalho molecular, localizado, ainda que com objetivo de formação da consciência num sentido mais amplo. Na década de 80, a complexificação do quadro partidário e o repensar sobre a atuação no nível da política institucional levaram a um questionamento sobre o antigo estilo de trabalho.” (13)

E isto é extremamente positivo, ou seja, esta “auto-crítica” que certamente conduzirá à uma reciclagem dos movimentos sociais.

A união do movimento se traduz pelo sentimento criado, de integração a uma coletividade nacional e internacional.

No dizer de Ilse Scherer-Warren (1993, p. 119): “... a partir de uma identidade que se constrói no plano dos valores, em torno de uma concepção de mundo.” (14)

NOTAS

01. In: CAMPANHOLE, Adriano & Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. São Paulo : Atlas, 1987, p. 440.
02. Idem, p. 441.
03. Idem, p. 441.
04. CAMPANHOLE, Ernest, p. 525.
05. Idem, p. 439.
06. Idem, p. 446.
07. Idem, ps. 231, 238, 243 e 249.
08. PUTNAM, Robert D. **Para fazer a Democracia funcionar**. Princeton University, 1993.
09. Idem. Ibidem.
10. In: Folha de São Paulo - **Lazer e Ideologia: a representação do social e da política na cultura popular**. (Tese de Doutorado).
11. Idem. Ibidem.
12. Idem. Ibidem.
13. WARREN, Ilse Scherer. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo : Loyola, Coleção Estudos Brasileiros, 1993.
14. Idem, Ibidem.

CAPÍTULO III

3. OS REGIMES DE GOVERNO E SEUS USUAIS CONDICIONAMENTOS À CIDADANIA BRASILEIRA

3.1. O Parlamentarismo brasileiro e suas contradições

O regime de governo representa o modo pelo qual se executa o próprio governo; a maneira pela qual atua, dentro de determinada estrutura, o governante. Este, por sua vez, pode reunir em seu poder, a chefia do Estado e a chefia de Governo, ou dividi-la com outra pessoa estas funções.

Daí porque, a relevância da consideração deste aspecto, para a investigação ainda mais detalhada do tema em tela.

No Brasil, após a ascensão do segundo Império e o conseqüente fim do Governo de Assembléia de Dom Pedro I, instala-se embrionariamente no país, uma Monarquia Parlamentar, onde Dom Pedro II - aos cuidados de conselheiros, em virtude sua menoridade - passa a ditar os destinos da Nação, numa conexão com o incipiente Poder Legislativo.

Surgido na Inglaterra, o **regime parlamentar** plasmou-se através de uma longa evolução histórica.

Os reis ingleses tinham por hábito consultar seus Conselheiros Privados, sobretudo, no que diz respeito à questões políticas e administrativas.

Sucedeu, que, com o passar do tempo, o número de integrantes destes Conselhos dilatou-se, a tal ponto, que já não era mais possível, que fosse estabelecida uma constante conexão entre estes auxiliares e o soberano.

Daquele órgão, então, se destacou um corpo menor, o **Gabinete**, com o qual o Rei prosseguiu mantendo contactos.

O **Gabinete**, porém, não tinha uma feição definida e inicialmente, simbolizava mesmo, a antítese do que passou com o tempo a representar.

No Brasil - ainda conturbado pela ascensão ao trono de um jovem monarca, aconteceu que - de início - o povo expressou sua insatisfação com o regime, por entender que representava concentração de privilégios e **estrutura de mando baseada nas tendências do soberano**.

Entretanto, a consolidação deste **regime de governo**, à partir do modelo inglês, ocorreu, tendo em vista as sucessivas lutas travadas entre a Coroa e o Parlamento daquela Nação, sobretudo quando em 1688 este último restou vitorioso.

Tornou-se impossível ao soberano inglês, governar sem a participação do Parlamento. Habilmente então, o soberano britânico constituiu um grupo de trabalho - conforme já referimos denominado **Gabinete** - de conformidade com as correntes majoritárias daquele órgão inicial.

Estava delineada a primeira característica do **regime parlamentar**, isto é, a identidade de cor política entre o Ministério e a maioria parlamentar.

Após esta série de fatos, outros desdobramentos históricos favoreceram o incremento do **regime parlamentarista** europeu. Como por exemplo, a escolha dentre os membros do **Gabinete**, de um “intérprete” e relator das deliberações tomadas pelo Gabinete do soberano. Isto ocorria em virtude de um acidente de percurso na ordem sucessória de coroa, que levou ao trono um regente alemão...

Passado o incidente e sedimentado o costume do “intérprete”, esboça-se primitivamente a figura do **Primeiro-Ministro**.

O **Gabinete** era subordinado à autoridade do Rei, mas corria o risco de ser destituído, de acordo com a vontade do soberano.

Pouco à pouco, entretanto, o Parlamento foi atenuando essa subordinação, para mais tarde anulá-la, chegando a ele próprio conduzir a atividade do Parlamento.

No Brasil, a participação do Parlamento nas decisões do Monarca, era insípida - para não dizer inexistente - e a autocracia era reeditada quase nos moldes do Primeiro Império.

O bipartidarismo político, permitia ao soberano brasileiro, governar, de acordo com suas **singulares vontades** e vez por outra, atendendo interesses de um ou outro grupo de sustentação.

Nunca houve disputa equânime de poder, e a subordinação do Parlamento à figura do Imperador era total e incondicional.

A figura do Primeiro-Ministro era decorativa e integrada por **personalidade de confiança do Imperador**.

A máxima segundo a qual: “**O Rei não pode fazer mal, o Rei não erra;**” era sobremaneira obedecida no Brasil Imperial.

Pois mesmo que, por vezes - como efetivamente acontecia no modelo clássico britânico - coubesse ao **Gabinete** (Conselheiros), conduzir a administração do país, a efetividade do poder do **Monarca**.

Tolerar a irresponsabilidade dos governantes, nunca foi a tônica do caráter e dos costumes do povo inglês.

Por isso mesmo, ao **Gabinete** foi atribuída a função de exercer o poder. Em contrapartida, o órgão legislativo - a fim de obter hegemonia e alcançar os seus fins - estabeleceu expedientes e mecanismos para responsabilizar os integrantes do **Gabinete** (inicialmente denominado de “processo de impeachment”), que excluía rigorosamente a graça da apreciação judicial do envolvido.

Já a cultura imposta e “aceita” pela população e classe política brasileira, sempre tolerou a irresponsabilidade dos governantes, sedimentando esta “benevolência maléfica” no caráter e nos costumes nacionais.

Na verdade, além de nunca abarcar os elementos essenciais, os critérios mínimos do **regime parlamentarista**, o modelo brasileiro jamais aprimorou técnicas de controle do poder do soberano, até mesmo o “impeachment”, que naquela forma clássica, perdeu sua razão de ser, tornando a responsabilidade dos Ministros enfatizada sob o prisma estritamente político.

Isto é, a noção básica de **responsabilidade política do Gabinete**, jamais regeu qualquer comportamento daquela forma híbrida ocorrida no Brasil Império.

Segundo o modelo classicamente concebido, é primordial que o **Gabinete** demita-se - deixando o poder toda vez que perca a confiança da maioria parlamentar.

Da mesma forma, a dissolução da Câmara dos Deputados - quando sucedesse que esse ramo do Legislativo e não o Gabinete - estivesse contrariando os interesses coletivos.

Observa-se, portanto, que o **parlamentarismo** se acha sublinhado por traços essenciais, que podem ser discriminados, conforme nos informa a catedrática **Rosah Russomano**, da seguinte maneira:

“(...) a) distinção (e não separação) dos órgãos Legislativo e Executivo que se apresentam vinculados por interdependência; b) constituição do Gabinete ou Ministério em consonância com as correntes majoritárias do Parlamento; c) sua manutenção no poder enquanto contar com a confiança parlamentar, o que significa queda (sob o signo da responsabilidade solidária); d) estruturação do Gabinete como um todo orgânico, ficando à sua frente o Primeiro-Ministro; e) dissolução da Câmara Baixa, quando for esta, e não o Gabinete, que se dissocia das aspirações populares, realizando-se eleições gerais; f) estrutura dualista do Poder Executivo, distinguindo-se chefe de Estado (Rei ou Presidente da República) e chefe de Governo (exercido por um órgão coletivo, precisamente o Gabinete ou o Conselho de Ministros); g) sua aplicabilidade tanto às Monarquias (Inglaterra) ou às Repúblicas (França).”⁽¹⁾

Obviamente, **Rosah Russomano** está se referindo à situações mais modernas, sem fazer alusão àquela ocorrência **pseudo-parlamentarista** do século XIX no Brasil, que somente acabaria formalmente, com a proclamação da República em 1889.

Conforme nos informa a obra de consolidação dos textos constitucionais de **Campanhole**, era o seguinte o teor da introdução da primeira Carta Magna Republicana:

“Concidadãos:

O povo, o exército e a armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dynastia imperial e conseqüentemente a extinção do systema monarchico representativo. Como resultado immediato desta revolução nacional, de caracter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um governo provisório,

cuja principal missão é garantir com ordem pública a liberdade e o direito do cidadão.

Para comporem este governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do governo definitivo, foram nomeados chefe do poder executivo da nação os cidadãos abaixo assignados.

Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório.

Aristides da Silveira Lobo, Ministro do Interior.

Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda e interinamente da Justiça.

Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, Ministro da Guerra.

Chefe de Esquadra Eduardo Andenkolk, Ministro da Marinha.

Quintino Bocayuva, Ministro das Relações Exteriores e inteiramente da agricultura, commercio e obras públicas.”⁽²⁾

Paralelamente instituiu-se o **regime presidencialista de governo**. Entretanto, revendo-se a história é possível perceber-se que, mesmo proclamada a tão anseada **República**, permanecem orbitando a esfera do poder central, aqueles mesmos comensais da última era monárquica.

Foi tamanha a decepção dos ardorosos defensores do sistema republicano (destacadamente Ruy Barbosa) que diversos deles chegaram até, a arrepender-se de tê-lo sustentado.

Permaneceram incólumes os novos dirigentes da Nação, por mais de 03 (três) anos; até que o Decreto nº 027 de 07 (sete) de janeiro de 1892, regulou o processo e julgamento do Presidente da República e dos Ministros de Estado, nos crimes comuns.

Reforma efetiva, só viria com a edição das Emendas que consubstanciaram a **Reforma Constitucional de 1926**, que delineava melhor, a ruptura definitiva com o **regime parlamentarista** de outrora, estabelecendo, por exemplo:

“Art. 6º - alíneas:

k) a não-reeleição dos Presidentes e Governadores;”

“Substituição do Art. 34 do texto constitucional de 1891 pela seguinte redação:

*Art. Compete privativamente ao Congresso Nacional:
2º, autorizar (grifo nosso) o Poder Executivo a contrahir empréstimos, e a fazer outras operações de crédito;”⁽³⁾*

Prosseguiu o legislador constituinte reformador, à estabelecer mecanismos de controle sobre o **poder unipessoal** do Executivo, quando, no mesmo dispositivo, estabelece que, é competência do Congresso nacional:

*“10º, resolver definitivamente sobre os limites dos Estados entre si, os do Districto Federal, e os do território nacional com as nações limitrophes;
11º, autorizar o Governo (entenda-se o Poder Executivo) a declarar guerra, si não tiver logar ou mallogar-se o recurso do arbitramento, e a fazer a paz;
18º, legislar sobre a organização do Exército e da Armada;
etc...”⁽⁴⁾*

3.2. O Presidencialismo brasileiro. Sua gênese plagiada do modelo norte-americano.

(O prisma crítico d Hambloch)

Ao contrário de um movimento consciente e racional, instituído nos Estados Unidos da América do Norte, através da Convenção de Filadélfia - que buscando inspiração nas instituições políticas inglesas - reconheceu a separação dos Poderes, classicamente reconhecidos e defendida pelo ideário liberal de **John Locke** e outros, que defendiam a **monarquia limitada**, como melhor forma de sistematização do poder estatal.

Ao criarem um novo **regime de governo**, os norte-americanos raciocinavam com perspicácia e elevado grau de responsabilidade; concluindo que não poderiam transplantar da pátria-mãe (com a qual estavam rompidos) - Inglaterra - o regime de governo lá vigente.

Dever-se-ia adequar a forma de direção do poder estatal ao meio político local...

Este senso jurídico, contudo, não foi o mesmo que moveu os ânimos dos republicanos brasileiros, que transplantaram (não só o modelo de Estado Português) o regime de governo presidencialista norte-americano. Plágio que custou caro à Nação.

Os norte-americanos, estabeleceram uma diversa modalidade de **regime de governo**, onde o centro da atividade política - representado pelo **Gabinete** no parlamentarismo - se localizou no Chefe do Executivo, ou seja, no Presidente da República.

O presidencialismo, fundamentalmente, caracteriza-se pela separação rígida dos Poderes Estatais.

Embasado no pensamento de **Montesquieu**, que aperfeiçoou a doutrina e consagrou-a em definitivo, considera os órgãos estatais tripartidos e independentes, cabendo à cada um funções específicas.

Assim, o Presidente da República, Chefe de Estado e de Governo (encontrando-se a testa do Executivo) é eleito, via de regra, pelo próprio povo, o que visa desvinculá-lo do órgão legiferante (mas o que não impede o reconhecimento de eleições indiretas, mediante esse órgão ou através do eleitorado do segundo grau, como acontece nos E.U.A.).

Sampaio Dória, estudando o regime presidencial de governo, acentua que o mesmo, é alicerçado em três aspectos básicos, quais sejam: a) independência dos Poderes; b) eletividade para a composição do Legislativo, caracterizando-se os mandatos, pela sua duração; e por fim - mas não menos importante; c) supremacia da lei constitucional sobre a lei ordinária, interpretada e aplicada pelo **Poder Judiciário**, com o objetivo de defender

os direitos do indivíduo contra as demasias do Legislativo ou as arbitrariedades do Executivo.

No Brasil, entretanto, jamais ocorreu de haver efetiva independência entre os Poderes, estando na maior parte do tempo, o Executivo supra-coordenando os demais Poderes da República.

Da mesma forma, o Legislativo foi o palco de consecutivos ajustes, oriundos de processos autoritários, que submetiam o Congresso dos “representantes populares” à vexames de fechamento da Casa e outras obstruções menos visíveis.

Por fim, a mais flagrante das características negativas do regime presidencialista de governo praticado no Brasil: a total falta de autonomia do Poder Judiciário para julgar os atos do Poder Executivo. Insistimos em “total” falta de independência, pois que, esta subjugação inicia em virtude da escolha política dos integrantes da Suprema Corte (S.T.F.) brasileiro, e termina no limitado processo de responsabilização do Chefe do Executivo.

Vejamos então, como “nem ao perfeito plágio” se deram os legisladores e os chefes de governo e Estado da inaugurada República.

Até 1930, com a ascensão do “venerável” Vargas, o que vivenciamos foi uma conturbada e híbrida forma de governar, onde um regime de governo frágil, sustentou presidentes ainda mais instáveis e temerosos de seus “domínios”.

Neste sentido, é substancial o depoimento de Ernest Hambloch ⁽⁵⁾, que tendo editado um livro em 1936, diagnosticou com veemência, um traço bastante comum no direito político - constitucional das repúblicas americanas, sabidamente as latinas e especialmente a brasileira.

O que o autor - diplomata britânico - denominou de **“autocracia do Chefe de Estado”**, é resultante de toda uma construção política diversificada em suas características e conseqüências.

Uma das principais características exploradas por **Hambloch**, foi o que ele próprio denominou de **“Letters of marque”**, designando a verdadeira **“Licença de Corso”** (pilhagem), que originalmente era concedida aos delinqüentes marítimos em outras épocas e que pareciam novamente nortear a filosofia de domínio de alguns governantes **“modernos”**.

Impressionava ao inglês, como os textos constitucionais latino-americanos - particularmente o brasileiro - era condescendente com os detentores do poder e seus assessores.

A investigação de **Hambloch** remonta às origens do sistema republicano e à criação do **regime de governo presidencialista** no Brasil, centrando crítica no paradigma **getulista**.

Ao que ele intitulou de **“comunidades sofredoras crônicas de revoltas e movimentos revolucionários”**, atribuíam-lhes como causa precípua, o **personalismo** e **excessivo poder do Presidente da República**.

Não bastasse terem os inábeis republicanos - conforme já sustentamos - **“copiado”** (e mal) o arquétipo norte-americano de **regime presidencialista de governo**, acrescentou-se a isso, toda uma cultura de comando pessoal e centralização funcional, que, conforme - também - já referimos, redundava no surgimento dos **caudilhos** (com razoável esclarecimento ideológico e legitimidade eleitoral) e dos **coronéis** (que, via de regra, não possuíam maior esclarecimento ideológico, mas faziam seus candidatos se elegerem).

Ernest Hambloch inaugurou todas as análises histórico-sociológicas produzidas no Brasil, sobre os males do presidencialismo nacional junto à população e as instituições democráticas como um todo.

Trazendo ao debate toda uma postura tradicionalmente desempenhada pelos detentores do poder no Brasil, que inclusive, repercutiria na situação econômica e financeira da República (que era a maior preocupação do diplomata, que representava os interesses comerciais britânicos no nosso país).

Começa por estabelecer um paralelo entre as “licenças constitucionais” e as “licenças de curso” que os governantes imperiais atribuíam aos piratas para a pilhagem nos territórios e seus habitantes.

Em passagens ilustradas, o autor afirma, por exemplo:

“No Brasil, os homens fortes nem sempre foram populares, e eles desprezaram o povo e estavam preocupados apenas, com a formação de uma clientela (grifo nosso), afim de permanecerem no poder, e para isso aboliram as liberdades públicas (grifo nosso), amordaçaram a imprensa, proibiram as reuniões públicas, destruíram a autonomia local, fizeram com que toda a vida do país e dos indivíduos, dependesse do poder supremo de que estavam investidos.”⁽⁶⁾

Hambloch reconhecia em Vargas, um “homem forte e popular”, visto que era inquestionável sua profunda capacidade de **carismaticamente** - convencer e justificar seus atos, nem sempre democráticos.

Entendemos, inclusive, citar **Getúlio Vargas** como o principal paradigma, pois a obra de **Hambloch** disserta sobre este governante, que foi o “divisor de águas” da história política nacional; muito embora não seja esta a única abordagem do investigador social inglês em sua obra.

3.3. A questão do parlamentarismo para Hambloch

A obra do cônsul britânico, é na verdade um histórico-interpretativo das vantagens auferidas pelo Brasil com a adoção do regime parlamentarista de governo - no Império - e as desvantagens da posterior adoção do presidencialismo.

A própria dinâmica do regime parlamentarista - que teoricamente oferece várias opções constitucionais à resolução de crises populares - fez com que o autor supracitado, abrisse “guerra frontal” ao presidencialismo brasileiro da época.

Principalmente, por considerá-lo - acima de tudo - a assinatura (reiteramos o mote da avaliação de **Hambloch**) de um “cheque em branco”, aos governantes; que deixaria o povo, aleatoriamente submisso às idiossincrasias de um eventual temperamento - instável - do Presidente da República.

Este ensaio, intitulado “**Sua Majestade o Presidente do Brasil**”, investe contra o despotismo na América Latina - e especialmente no Brasil - e outras variantes de regime autoritário.

Hambloch, embora britânico - portanto oriundo de uma sociedade que ainda hoje adota o regime parlamentarista (monárquico) - defendia para o Brasil, a adoção de um parlamentarismo republicano.

Acedendo aos argumentos de que: o caráter e a vocação republicanos, impediam uma restauração monárquica; conjugava o sistema novo, mas repudiava o regime adotado, apontando para a solução do parlamentarismo.

Lembra na obra, que o melhor testemunho da esterilidade do regime presidencialista, pode ser encontrado ao longo da história brasileira, repleta de revoltas e golpes militares. E esta referência, ele fazia até a década de 30...

Enfim, o destaque que pretendemos registrar, é o de que se trata de investigação - ainda hoje - bastante atual e contextualizável, sobretudo, se considerarmos os últimos 65 (sessenta e cinco) anos.

O resgate desta percepção, então, ao nosso ver, se justifica pela amplitude e primazia com que se construiu.

Julgado “anti-brasileiro” pelo governo de Vargas, e tendo sido expulso do país, o autor pensou e projetou o Brasil, como poucos brasileiros.

Desconsiderou, é bem verdade, argumentos respeitáveis de escritores latino-americanos, que sustentavam, como o brasileiro **Oliveira Viana**, que: racial, temperamental e tradicionalmente, o único governo adequado às Repúblicas latino-americanas, seriam alguma forma de “**democracia despótica**”.

Ao contrário, **Hambloch** valorizava a vocação do povo brasileiro para a democracia e a organização associativa.

Jamais reconheceu validade no argumento segundo o qual “o povo não está maduro para a democracia”.

3.4. Os coronéis e os caudilhos brasileiros

Ernest Hambloch dedicou capítulo específico em sua obra, para tecer considerações sobre a “**tradição do Caudilho**”.

Traz sua versão do que seja o caudilho, quando exaustivamente elucida:

“A palavra caudillo é difícil de traduzir. O caudillo é o sucessor latino-americano do velho cacique espanhol. Ele era o patrão político local, porque era o homem mais forte, mais inteligente ou mais inescrupuloso da localidade.

Em Les Démocraties Latines de L’Amérique, o Señor F. Garcia Calderón, refere-se a duas espécies de caudillos: o violento, chefe de bandos armados que dominavam a zona rural pelo terror, e o astuto - os rusés - que num período posterior, mais desenvolvido, sucederam aos caudillos violentos e mantiveram o seu poder, por meio de mentiras, intrigas, subterfúgios e corrupção. O ‘regime de caudillos’, diz o autor peruano, ‘conduz ao governo presidencial’; As Constituições estabelecem assembleias, mas apesar dessas formas teóricas, a tradição triunfa.

Desde a época colonial, a centralização foi a forma típica de governo americano.” (grifos nossos) (7)

A propósito, vale lembrar a imprescindível leitura do autor e jurista nacional, **Raymundo Faoro**, quando, tratando desta peculiaridade em sua obra, sentencia que o **patronato brasileiro**, deve ser visto detidamente em sua origem, sugerindo para tanto, a **reavaliação da centralização colonial**. Considera as próprias origens e causas da criação dos Governos-Gerais (aos quais já fizemos breve alusão).

Também suscita, que se averigúe da gênese dos Municípios, dos colonos e dos **caudilhos**, aprofundando-se o estudo de suas participações na conquista do território nacional interno.

A verdade, é que, imerso numa sociedade agrária, o povo brasileiro foi forjado como que **“bestializado”**, organizando-se redutos eleitorais para os **“donos do poder”**.⁽⁸⁾

Durante muito tempo, se fundiram os sistemas econômico e social, com ampla relevância das relações políticas de **caráter pessoal**.

Este tipo de estrutura de poder, inibiu a formação de coletividades à partir de fins comuns e comportamento solidário.

Não é de se estranhar a sobrevivência de práticas que remontam ao tempo dos antigos coronéis.

O clássico livro de **Victor Nunes Leal**, conceitua à certa altura (conforme fizera **Hambloch** em sua obra) o fenômeno em análise, da seguinte maneira:

“(...) o coronelismo (grifo nosso) é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais (grifo nosso), notadamente, dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil.”⁽⁹⁾

Desta forma, o escritor nacional começa distinguindo os conceitos de “coronel” e “caudilho”, numa investigação bem mais detalhada do que aquela promovida por **Hambloch**.

Julgou importante o estabelecimento desta diferenciação, em virtude de que - não raras vezes - ambos os conceitos vem tratados de forma sinônima na doutrina, o que acarreta confusões na abordagem do tema.

Assim sendo, à seguir verificaremos separadamente, os dois fenômenos específicos, que fomentam o genérico e maior fenômeno ainda, que é o **personalismo**, a exacerbação do poder na titularidade do governante estatal, no Brasil.

3.4.1. A figura do coronel

Etimologicamente, segundo aponta no capítulo primeiro de sua obra, **Victor Nunes Leal**, auxiliado pelo filólogo **Basílio de Magalhães**, a origem do vocábulo

“coronelismo”, provém da designação atribuída aos “(...) autênticos ou falsos coronéis da extinta Guarda Nacional, criada em 1831.”⁽¹⁰⁾

Acrescenta ainda, o historiador e filólogo citado, que se trata de denominação facilmente atribuída, quando: “(...) começou logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado.”

Criada para substituir as milícias e ordenanças do período colonial, a **Guarda Nacional** estabeleceu uma hierarquia convincente, onde o detentor da patente de **“coronel”**, correspondia a um comando municipal, ou regional, que por sua vez, estava condicionado à **influência, importância econômica ou social do titular desta patente.**

Inicialmente, a patente era concedida e correspondia a um comando efetivo ou a uma administração e defesa das Instituições.

Sucedendo, que, paulatinamente, estas patentes passaram a ser avaliadas em moeda, e assim, convertidas em valor econômico...

Eram outorgadas estas patentes de forma fácil à quem se dispusesse pagar o **preço estipulado.**

O Poder Público, então, exigia um preço, que em quase nada alterava a exigência para a concessão da patente; que continuava sendo o **poder econômico.**

3.4.2. A “vegetação de caudilhagem”

Expressão cunhada por **Victor Nunes leal** em sua célebre obra a **“vegetação de caudilhagem”** é uma expressão que efetivamente procede, visto que, os principais traços do **coronelismo**, surgem envoltos em dubiedade e imprecisão.

Citando **Alberto Torres**, o prefaciador da aludida obra, jornalista **Barbosa Lima Sobrinho**, descreve o coronel, como o foco central do comensalismo em torno do qual orbitavam “dependentes irresistíveis”.

Este mesmo coronel, na maioria das vezes, ampliava seus domínios territoriais, usurpando propriedades de seus adversários ou dos próprios “aliados”. Os chamados “cabras” (que eram os destemidos capangas do patrão), pressionavam os proprietários, levando os mesmos à convicção de que era melhor alienarem suas terras, do que “vergonhosamente” ter que abandoná-las.

Esta “vegetação” (expressão utilizada por **Leal**) então, era como que devastada pela própria matriz mantenedora.

Mais uma vez, a natureza e índole autofágicas da sociedade brasileira se manifestava claramente no processo histórico.

O próprio “filhotismo” - fenômeno secundário e decorrente do coronelismo - que consistia em se fazer favores a amigos e perseguir-se os adversários, ocorria, devido a esta congestão na dinâmica do sistema.

Vale ainda salientar, que, via de regra, o coronel não dispunha de maior esclarecimento político e ideológico, não se constituindo portanto, na maior de suas preocupações, ocupar um cargo público.

Preocupava-o outrossim, eleger alguém de sua “confiança”.

Quando porventura se dispusesse a disputar qualquer eleição - e aí normalmente ser eleito - assumia a feição marcadamente governista.

3.4.3. A figura do caudilho

De outro lado - mas exercendo a mesma função perversa - temos a investigar a figura do “caudilho”, que também de complexa configuração, demanda maior zelo ainda, em sua caracterização.

Ambos os fenômenos são próceres negativos e substancialmente responsáveis pela reedição do fenômeno moderno, renovado, do “clientelismo”.

O caudilho encerra outra forma de manifestação do poder autoritário e personalista.

Conforme elucida Mabel Olivier:

“Com o termo Caudilhismo nos referimos ao regime imperante na maior parte da América Espanhola no período que vai dos primeiros anos da consolidação definitiva da Independência, em torno de 1820, até 1860, quando se concretizaram as aspirações de unificação nacional. O Caudilhismo é caracterizado pela divisão do poder entre chefes de tendência local: os caudilhos (grifo nosso).”⁽¹⁰⁾

De fato, em que pese a ocorrência marcada deste fenômeno no referido período histórico (1820-1860), a verdade é, que, no Brasil houve como que uma protelação deste efeito político-institucional, que converteu-se mais, num problema cultural. Efeito, que se tornou causa...

Existe entretanto, razoável divergência de opinião entre os estudiosos da categoria em tela, vez que, para uns:

- o caudilhismo sempre decorrerá de próceres militares “desmobilizados” por revoluções havidas (opinião de Olivier); e para outros:

- sequer haveria compatibilidade conceitual do **caudilho** com o líder forjado na caserna (opinião de **Hambloch**). De qualquer forma, é pertinente a discussão, pois embora seja tênue a diferença conceitual, parece de valia para a melhor análise da problematização proposta.

O último autor, deixa explicitada sua posição, quando na obra citada: “Sua Majestade o Presidente do Brasil”, assevera:

“Como o caudilho não existia no Brasil, a não ser no Rio Grande do Sul, e o caudilho não é o coronel do interior, espalhado pelo Brasil inteiro, sua tradição é estranha à história do Exército.” (grifo nosso) ⁽¹¹⁾

Inobstante, o que interessa para a presente investigação, é destacar que, ambas as manifestações contemplavam a essência do **poder carismático ampliado**, negativo; sendo que, esta última forma, compunha-se particularmente de acentuado teor **paternalista e autoritário** sobre aquela outra espécie.

Sobretudo no que diz respeito ao assenhoreamento de cargos públicos eletivos.

Ou seja, preocupava-se o **caudilho**, em além de criar uma **submissa constelação** ao seu redor, também “luzir” seus “instruídos” e dependentes.

De qualquer forma, ambos os fenômenos tem como tônica, o teor **alienatório, excludente e despolitizante** frente à classe popular.

3.5. Clientelismo e Bloco de Poder

Versão moderna do **coronelismo**, o **clientelismo** desempenha significativo papel na (de) formação política do país.

Este fenômeno breou qualquer possibilidade de crescimento e desenvolvimento da **cidadania participativa**.

Sendo o mediador entre o cidadão comum e as instituições, o Poder do Estado surge como inacessível e óbice àquelas.

Mistifica-se, desta forma, a coisa pública, para que se possa à seguir, **“privatizá-la”**.

Como o **clientelismo** representa, basicamente, os segmentos mais carentes da população, junto ao poder, se inclui como a única alternativa para se aproximarem das também “difusas” instâncias do aparelho do Estado.

O mais grave, entretanto, é que o **clientelismo** consegue fazer com que esses aparelhos sejam a extensão de seu próprio poder. Além de “ganhar a confiança” de seu público e sua autoridade adquirir uma **“dimensão mítica”** (na medida em que o líder governante **clientelista** se firma), desponha como sendo o “único capaz” de conseguir aquilo que aparentemente era impossível.

Os “mais competentes” conseguem se tornar “verdadeiros” líderes. E sempre que possível, o **líder clientelista** dificulta a organização política popular.

Se trata inquestionavelmente de um sistema “eficiente” de **dominação** e por que não dizer **servidão**.

Um sistema que maximiza a eficácia de um Estado paternalista e intervencionista.

Mediante troca de favores e dinheiro, o **governante clientelista** consegue o que o mais correto cidadão não consegue.

O **clientelismo** enfim, aparece como irracional, pois **transforma o direito em favor**.

O indivíduo paga para receber o que lhe pertence.

Apresenta-se este **vício cultural**, como uma das maiores dificuldades para a implementação no país, de uma mínima democracia social e econômica.

O **clientelismo** estabelece um círculo vicioso entre a ineficiência da máquina administrativa e a eficiência dele mesmo, em fazer esta funcionar em seu favor. **Paradoxo cruel...**

A racionalidade de nossa irracionalidade, reside além disso, na intrincada **rede de relações pessoais**, na qual se funda a nossa “ordem” política.

É isto que nos permite dizer: “Você sabe com quem está falando?”⁽¹²⁾

É uma espécie de “**síndrome de autoridade**” que reside na **cultura mandonista, autoritária** e excludente do nosso povo.

Esta frase, inclusive, recorre à **diferença**, ao passo que deveria recorrer à **igualdade, à democracia e à participação**.

Quem assim age, objetiva convencer seu interlocutor de que ele não está falando com “qualquer um”, um simples indivíduo, “cidadão comum, sujeito de direitos e deveres”. Acena com a existência de uma categoria especial de **cidadania**.

Tudo isso, decorre em última análise, de um outro fenômeno, que poderíamos denominar de “**espelhamento**” (para fugirmos do psicologismo da projeção), pelo qual se deforma o comportamento dos líderes e governantes autoritários - normalmente impunes - pela repetição popular.

Isto é, o comportamento delinquente e amoral das lideranças instituídas, acaba por alimentar a consciência do “cidadão comum”, num evidente expediente de **compensação**, agindo-se de modo a infringir-se autoritariamente as regras de convívio social.

José Murilo de Carvalho assumiu na obra citada, como mote o comportamento corriqueiro do brasileiro (**comum e incomum**), investigando no ensaio, a distinção entre a pessoa e o indivíduo.

Principia por tentar identificar o agente verbalizador da repugnante frase.

Caracteriza-o como sendo alguém “pretensamente superior” - já que, circunstancialmente o é - seja por que dispõe de boa condição financeira, porque descende de tradicional elite familiar ou que, de alguma forma, esteja vinculado ao **establishment**.

Após a década de 30, com a radical mudança havida no sistema de poder brasileiro, o coronelismo cede espaço à outra forma de **dominação oligárquica**, mais difusa e generalizada.

Os referenciais se ampliaram e o “cidadão comum”, historicamente aniquilado, perde ainda mais o seu rumo.

O coronel, é bem verdade, já tratava o trabalhador como um “**cliente**”, mas agora, a cooptação assume novos contornos, pois o cliente já não é mais agregado pelo patrão (com o aumento simbólico de seu salário, nem sequer pelo atrativo de vantagens demagogicamente acenadas), mas, outrossim, é revestida de profunda persuasão psicológica.

Os métodos do **clientelismo** moderno, são hoje mais sofisticados, e compreenderem a ação de inúmeros “**grupos de interesse e pressão**”, com organização e objetivos em geral autônomos. ⁽¹³⁾

Este tipo de **relação política** não combina, todavia, com o modo de produção capitalista, que visa principalmente: **impessoalizar** as relações de trabalho, para ampliar a concentração do capital.

À primeira vista, esta circunstância poderia comprometer qualquer tipo de analogia do fenômeno do **clientelismo** com os regimes políticos e econômicos adotados pelos governantes brasileiros na história recente.

Mas o fato é, que, embora o capital repouse sobre princípios aparentemente opostos aos fundamentos do clientelismo, ambos sobrevivem e se retroalimentam da mesma **apatia popular**, da compreensão de que: “chora mais, quem pode menos...” E aqueles que podem mais, “choram menos”.

Exemplificando: imaginemos uma empresa que amplia seu setor produtivo com aquisição de tecnologia avançada.

Para aumentar sua acumulação, o capital necessita de desemprego.

O **clientelismo** não se ajusta a isso, pois os ameaçados de desemprego podem ser “**clientes**”, **cabos eleitorais**, **amigos de amigos**, **filhos ou netos de chefes de políticos**.

Enfim, com esta dinâmica se reproduz a intrigante rede de relações que dificulta a livre ação do capitalismo selvagem.

Mas como são outros tantos os fatores favorecedores deste sistema de vida social, por ora, não aprofundaremos a questão.

O que parece certo, é que a visão do **clientelista** aponta como realmente importante a manutenção da satisfação do “**público alvo**”, dos “**cidadãos passivos**”, pois caso contrário, também este líder, perderá prestígio. Com o risco daqueles virem a se tornar novos líderes.

Há, desta forma, uma tensão inequívoca entre a inserção no mundo do mercado e a atuação no mundo da política.

Modernamente, não é o sucesso do empreendimento do patrão - enquanto **capitalista** - que leva o trabalhador a apoiá-lo.

Segundo sustenta Weffort:

“De certo modo, o oposto é o verdadeiro: é exatamente em virtude do fracasso do patrão enquanto capitalista, que o trabalhador se submete a ele em uma relação de dependência.” (grifo nosso) (14)

Conclui o sociólogo, que:

“(...) dada a existência do ‘coronelismo’ com o burocratismo e o corporativismo estatal, também não se deve ao seu êxito, e sim ao fracasso enquanto capitalista, o fato de ‘o patrão’ manter um relacionamento simbiótico com partes do aparelho estatal.” (15)

Seja assim, qualquer forma que for de **subjugação popular** - assuma ela a nomenclatura que seja - estará, via de regra, associada à uma profunda ingerência no espaço público do poder.

O público que é privatizado pela “pessoa” do governante...

3.6. O rito do “Você sabe com quem está falando?”

O titular deste discurso - conforme já referimos - imagina a si mesmo, como sendo um inexpugnável portador de credenciais e atributos, capazes de fazer seu “semelhante” recuar; convicto da existência de uma hierarquia entre ambos.

A dimensão persuasiva do raciocínio e da fala, é acrescida de uma dimensão impositiva, ameaçadora e excludente.

O indivíduo, entretanto, em sua nudação, não tem como convencer o interlocutor, sobre sua superioridade, a não ser pela força. Daí porque, na ordem do discurso, ele se traça e se mostra como “outro”.

O livro de **Roberto Da Matta**⁽¹⁶⁾, que melhor ilustra esta circunstância, e a trata com singular clareza, foi editado em 1990; e tem como tema central o que ele denominou o “**dilema brasileiro**”, isto é, a situação embaraçosa, problemática, que reúne os aspectos profundamente **autoritários, hierarquizados e opressores** da sociedade brasileira e seus correlatos personagens.

Destacando a **mítica figura** dos “heróis” brasileiros e outros tipos, o cientista e autor da importante obra, obtêm ao final do trabalho, um amplo leque de informações, que em muito auxilia no desvendamento do estigma de uma sociedade, ainda hoje, ansiosa por um convívio social harmônico; mais justo, democrático e menos conflitivo.

A história política de nosso país - conforme já destacamos em diversas passagens do presente texto - retrata maus exemplos de liderança governamental. O enfoque de todos os ritos e personagens, que de alguma forma contribuíram para o acabamento da formação social brasileira, é de variado espectro. Mesmo assim o autor supra-referido com exímia concisão, compila os principais modelos e situações.

A **síndrome da autoridade** é assim, retratada no livro: “Carnavais, Malandros e Heróis”, de forma bastante crítica e científica.

Segundo Da Matta:

“O mito e o ritual, seriam, deste modo, dramatizações ou maneiras cruciais de chamar a atenção para certos aspectos da realidade social,

facetas que, normalmente, estão submersas pelas rotinas, interesses e complicações do cotidiano.”⁽¹⁷⁾

Compreende, que ambas as figuras são excepcionais e relativas a um universo supra-quotidiano, funcionando como uma “válvula de escape” para justificar toda uma realidade existente.

Talvez o ponto de contacto mais marcante entre estas duas configurações (mito e ritual), seja a circunstância de que, via de regra, descrevem ambas, momentos individualizadores, tendentes a criar o que Da Matta resolveu chamar de “**momento coletivo**”.

E o que pode parecer contraditório, na verdade representa uma maior disposição de ainda fazer dar lugar ao individual e o regional, pelo coletivo e nacional.

Contudo, esta árdua e grandiosa tarefa, será - aos olhos do povo e da mídia que incita esta cultura - “**conduzida**” e atribuída à “**um líder extraordinário**”, que, independentemente de suas privilegiadas capacidades de direção, será normalmente reconhecido como tal.

O que pretendemos afirmar, enfim, é que estas duas configurações anômalas - mas correntes - efetivamente mantêm pontos de convergência, e mais, podem até representar duas faces de uma mesma moeda.

Ambas, contribuem para a (de) formação de uma cidadania incipiente e débil, pois que, são sem dúvida, vícios culturais.

O culto e todo o rito que envolve determinada personalidade, determinada liderança, serviria como suporte à “**conservação das mudanças**”, que por sua vez, implicaria em permanência.

À propósito, escreveu brilhante artigo na imprensa gaúcha, o historiador **Décio Freitas** ⁽¹⁸⁾, quando caracterizando as elites brasileiras, simbolizou-as na figura mitológica de Proteu.

Figura que, como se sabe, remoçava pela autometamorfose a que se submetia; iludindo assim, todo o povo **que a sufragara e admirava**.

São lapidares determinadas passagens quando, por exemplo, afirma o historiador:

“Em cada crise histórica, as elites políticas realizaram essas arriscadas e delicadas operações de transição, com maestria e tirocínio incomparáveis.” ⁽¹⁹⁾

Mais adiante, recrudescer na linguagem, quando sentencia:

“(...) o ponto consiste no seguinte: as apropriações efetuadas com estas transfigurações políticas e institucionais, sempre foram limitadas, apresentando saldo mesquinamente modernizador (...).” ⁽²⁰⁾

Afirma que se trata de um tipo especial de **“mudança”**.

Mesmo que o povo não participe mais direta e ativamente do processo de deliberação e usufruição do poder, estará sendo transformado como **objeto**, não como **sujeito**.

Textualmente, afirma:

“O ‘novo’ absorve o ‘velho’ isto é, supera-o e, ao mesmo tempo conserva-o. A mudança implica em permanência. O novo sistema, em lugar de eliminar o antigo, incorpora-o em larga medida; perpetua a ordem antiga no momento em que parece negá-la.” (grifo nosso) ⁽²¹⁾

Descreve ainda, o historiador, a espécie de “**mudança**”, que tem feito produzir a elite governamental brasileira: que à um só tempo, seriam **modernizadoras e retardatárias**.

Modernizadoras por serem novas - atendendo de alguma forma e medida a demanda social - e **retardatárias**, porque logo à seguir, seriam comprovadamente insuficientes e extemporâneas.

Plasticamente considerados, os governos recentes da República brasileira, representariam uma feição **atualizada**, condizente às necessidades populares.

Todavia, se formos analisar o verdadeiro perfil destes “**condutores**” populares, iremos nos defrontar com faces arcaicas, com uma linguagem tosca e inconfundível.

Reprodutores - em sua grande maioria - do **mandonismo** (amplo sentido) e do **automorfismo demagógico**, que ora atende e ora desatende.

Uma fala, um estilo de administrar e “**fazer política**” especializadamente; decorrente de todo um aprendizado cultural, histórica e tradicionalmente excludente e privilegiador.

Através de todo um **cerimonial** (sentido amplo), são criados “**novos regimes políticos**”, tendo à frente o “**novo líder**”, que carismaticamente, messianicamente, recria uma totalidade sob sua proteção; mas que muito mais, serve para protegê-lo. Conforme elucida **Da Matta**: “O ritual e, entre outras coisas, um instrumento privilegiado para expressar e enfeixar totalidades.”⁽²²⁾

3.7. As diversas formas de controle social autoritário

Sociologicamente considerada, a questão provoca curiosidade. Desvendar o **porquê** de algumas sociedades - como a brasileira - e seus correlatos regimes e ocupantes no governo, instituídos em formas de controle social, tão aberrantemente **autoritárias**.

Referimo-nos ao controle sobre as massas populares...

Também causa indagação o **porquê** da facilidade com que certos povos são “condicionados” e “servilizados”...

O grupo social individualiza - por um processo de eleição de valores - determinados fatos e personagens, transformando-os em hábil instrumento de dominação.

Da Matta exemplifica com os desfiles carnavalescos e as procissões religiosas, daí porque o título da citada obra.

Valorizar esta “**dramatização**”, segundo a qual as figuras mitificadas (dos líderes sempre novos) reassumem representação no inconsciente coletivo - em virtude de seu profundo reconhecimento e devoção - é mister na investigação do tema.

3.8. A dominação carismática ampliada

Ainda que possamos estar incorrendo em risco de praticar uma “heresia teórica” - uma aparente incongruência - ao nos utilizarmos da categoria originalmente concebida por **Weber**⁽²³⁾ desperta à atenção de qualquer pesquisador, a similitude que sobretudo nestes últimos sessenta e cinco anos, assumiu a forma da “**dominação**”, de

controle social dos governantes brasileiros, com aquela profecia doutrinal do sociólogo alemão.

A primeira destas semelhanças, diz respeito à ocorrência da denominada **dominação legal**, que seria a espécie de dominação, segundo a qual, a probabilidade de obediência a um determinado mandato ou ordem, adviria de um estatuto **submissor**.

Exemplo flagrante é a dominação burocrática a que estão subjugados todos os cidadãos, servindo muito mais - **a burocracia** - para confundí-lo (em sua ignorância), do que para libertá-lo das cadeias de suas insatisfeitas necessidades.

Ao invés de facilitar-lhe o convívio social, não raras vezes, dificulta-lhe a usufruição dos bens e dos serviços produzidos socialmente.

No Brasil, o aparelho de Estado, a chamada “**máquina administrativa**”, acaba por dificultar o acesso do “**cidadão comum**” ao que lhe seria de direito, no mínimo.

Segundo a ordem jurídica concebida, qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma.

A obediência em tela, não é deferida à pessoa, em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída, que, de antemão, prevê a quem e que medida se deve obedecer.

Portanto, o acatamento não é propriamente **pessoal**, subjetivo, individual. Até porque, o plano social - como afirmava **Durkheim** - “(...) não deve ser reduzido em uma realidade individual, psicológica.”

O “**erga omnes**” da lei, livra alguns de submeterem-se à ela, mas condiciona e obriga a maioria a cumpri-la.

O caráter subjetivo aqui então, ficaria relegado à plano secundário, devido ao elemento objetivo da imputabilidade da norma jurídica.

Inobstante, fica demonstrado, que independentemente da obediência estar ou não vinculada à figura do legislador ou seu superior (no caso o Chefe do Poder Executivo), fica patente o “**vergão**” deste governante na relação que estabelecer-se-á com o submisso governado.

É o óbvio, de outra forma não poderia ser...

Estamos à tratar de fatos e ações, que jamais vem desprovidos de carga de idiossincrasias de quem os gera.

A questão entretanto, é:

- Em que medida é suportável e legítima tal carga? Até que ponto não influencia o poder da autoridade? Comprometendo a validade destas ações e atos formais (normativos).

A obediência determinada pela **dominação legítima** (gênero) e **legal** (espécie) supracitada, está substancialmente afeta à organização do Estado em toda a sua superestrutura de relacionamento com os cidadãos.

A segunda espécie cunhada por Weber - e que da mesma forma nos chama à atenção, devido à sua ocorrência no Brasil da República recente - diz respeito à **dominação tradicional**, que encerra uma obediência fundada na crença da santidade das ordenações e dos **poderes sobrenaturais** de há muito existentes.

Seu tipo mais puro é o da **dominação patriarcal**.

A associação dominante é de caráter comunitário. O tipo daquele que ordena é o “**senhor**”, e os que obedecem assemelham-se à “**súditos**”.

A dignidade intrínseca do senhor, motiva e justifica a obediência. Esta dignidade é glorificada pela **tradição** e pela **fidelidade**.

De certa forma, é também o que tem ocorrido na recente história republicana brasileira, visto que, a dinâmica da mesma se nos tem apresentado lideranças sob disfarces **jovializados e pseudo-modernos**, em reiteradas posturas de manutenção do status quo.

Considera-se em princípio, impraticável a criação de novas regras jurídicas tendentes à alterar estas velhas formas.

As arraigadas normas de costume e tradição, reconhecem no estatuto existente uma validade “desde sempre”.

Por fim, Weber nos aponta a **dominação carismática** (propriamente dita) como sendo aquela oriunda da **devoção à pessoa do senhor** e valora seus dotes sobrenaturais (carisma), e particularmente, **revelações de heroísmo**, poder intelectual e oratória.

O “sempre novo”, o extraquotidiano, o fora do contexto normal, enfim; o arrebatamento emotivo, que provocado - reiteramos - constituem a fonte da **devoção pessoal**.

Sustentamos por tudo isto, que no caso brasileiro, haja um entrelaçamento destas três variantes, numa só.

Constitui-se em nosso meio, uma forma híbrida e literalmente prodigiosa, que **(de) formada, igualmente (de) forma uma cidadania pusilânime**.

Com isso, não pretendemos - de forma alguma - ser implacáveis com a análise do comportamento desta (população) ou daquele extremo da relação (liderança).

A crueldade - se deve existir - se refere à todo um sistema intrincado de **dominação - dominados**, que ultrapassa a simplicidade de qualquer análise superficial.

A consciência da identidade comum, que resulta no ritual é forjada por toda uma encenação dominial, que por sua vez, é revestida de toda uma cultura extremamente conservadora, com valores e ideologia “continuístas”.

Conforme salienta inúmeras vezes em sua obra, Da Matta:

“(...) rito e mito - podem e devem ser estudados juntos, como dramatizações de temas e problemas básicos do cotidiano de uma sociedade.” (24)

Prossegue o autor, classificando as duas categorias:

“(...) ações e tipos paradigmáticos, modos de ação que devem ser seguidos (e indicam o que não deve) e as relações que nunca se devem constituir (revelando assim quais as modelares).” (25)

Considera ainda, que tanto o rito quanto o mito, seriam maneiras categóricas de “chamar à atenção” para certos aspectos da realidade social; facetas que, regularmente estariam submersas pelas rotinas, conveniências e intempéries do cotidiano.

Este chamar à atenção, pode se materializar de diversas formas.

Sua manifestação não será unívoca, pelo contrário, será heterogênea e múltipla.

Calcada no **personalismo exacerbado** (característica majoritária), dos Presidentes da República brasileira recente, reflete-se primordialmente, numa cultura **paternalista, populista**, com a presença de notas do coronelismo e caudilhismo, mais modernamente manifestos no **clientelismo**.

NOTAS

01. RUSSOMANO, Rosah. **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1978, p. 102.
02. CAMPANHOLE, Adriano & Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. 9. ed. São Paulo : Atlas, 1987, p. 646.
03. Idem. Ibidem, p. 638/639.
04. Idem. Ibidem, p. 639.
05. HAMBLOCH, Ernest. **Sua Majestade o Presidente do Brasil**. Um Estudo do Brasil Constitucional (1883-1934). Brasília - DF : UNB, 1981, p. 5.
06. Idem. Ibidem, p. 15.
07. Idem. Ibidem, p. 47.
08. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 4. ed. São Paulo : Alfa Ômega, 1978, p. 20.
09. Idem. Ibidem, p. 8.
10. In: **Dicionário de Política**/Norberto Bobbio et. all, 4. ed. Brasília - DF : UNB, 1992, p. 156.
11. HAMBLOCH, Ernest. **Sua Majestade o Presidente do Brasil**. Um Estudo do Brasil Constitucional (1883-1934). Brasília - DF : UNB, 1981, p.17.

12. Expressão cunhada na obra de Roberto da Matta “Carnavais, Malandros e Heróis”, na qual o Antropólogo estuda os ritos e os mitos, como também, outros aspectos autoritários do quotidiano nacional.
13. WEFFORT, Francisco Correia. **Qual Democracia?** São Paulo : Companhia das Letras, 1992, p. 70.
14. Idem. Ibidem, p. 26.
15. Idem. Ibidem, p. 26.
16. DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**, 5. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1990.
17. Idem. Ibidem, p. 35.
18. Artigo publicado no Jornal Zero Hora, dia 08.05.94, sob o título: “Metais Repugnantes”.
19. Idem. Ibidem.
20. Idem. Ibidem.
21. Idem. Ibidem.
22. DA MATTA, Roberto. Op. Cit., p. 31.
23. WEBER, Max, 1864-1920. Um dos mestres máximos da sociologia, por isso suas idéias se fazem sentir na quase unânime relação de trabalhos sociológicos.
24. DA MATTA, Roberto. Op. Cit., p. 35.
25. Idem. Ibidem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Recompor a história da **cidadania** nacional, à partir de suas instituições e componentes problematizadores, é uma forma de se buscar soluções para a - ainda hoje - incipiente participação popular, e conseqüentemente ao fortalecimento da **democracia**.

Discutir a participação mais pelos seus problemas do que por seus resultados parece ter-se constituído em tarefa árdua, mas “quicã” positiva.

O senso comum popular - ficou visto - o senso comum do movimento comunitário, trabalha com as mesmas categorias e com a mesma ética da política tradicional. mesmo assim, existe uma tendência no meio dos setores progressistas da política partidária, inclusive, de achar que existe uma esfera ética e política apartada da sociedade burguesa, formada pela vida comunitária e suas associações.

Na verdade, esta visão não é realista e sua compreensão pode conduzir à sérios equívocos. Tal visão, pode levar a conclusões apressadas e artificiais à respeito do que significa efetivamente a promoção de uma **cidadania material**.

A lógica mais geral do movimento comunitário é geográfico-corporativa e tende a reproduzir uma relação de **clientelismo** entre as próprias lideranças.

O exercício da cidadania é o exercício do idealismo dependente para os chamados “realistas” que descrevem a possibilidade de abstenção, de compartilhamento do ser-humano.

Para os que não crêem na natureza construtiva do homem, e só entendem a submissão e a hipocrisia como elementos formadores da convivência social (governante - governado).

Para os que não acreditam na conciliação entre o **cuidar de si** e o **cuidar do outro**, só existem pessoas que se aferram a um simulacro de esperança, constituído pela crença dependente às vezes em Deus, às vezes numa idéia, e às vezes num líder.

Não pretendemos em nenhum momento, extrapolar nossa investigação - incorrendo numa expedição psicanalítica - mas restou óbvio, que a submissão popular não decorre do “bom-temperamento” do brasileiro, mas outrossim, do medo e da repressão a que é submetida a população.

Discursos paranóicos de líderes loquazes, ainda despertam a “esperança” da maioria dos cidadãos brasileiros.

Em recente trabalho publicado na revista **Veja**, sob o título: “Existe uma Saúda”, José Serra menciona a questão da seguinte maneira:

“O mito funciona como a Fata Morgana (miragem no deserto) que faz surgir uma paisagem exuberante diante dos olhos de uma caravana no deserto. A visão encoraja os viajantes, a despeito de todo o sofrimento, a perseverar até o próximo oásis. Se tais miragens tentadoras não houvessem surgido, inevitavelmente a caravana exausta, teria, destituída de esperança, sucumbido às tempestades de areia.”⁽¹⁾

Para que o “homem-comum” participe ativamente, contudo, da construção de uma sociedade melhor, precisamos de soluções diferentes, que incluam a ilusão que é criada com esta esperança.

Assimilar-se este desejo, não incumbe admitir os tipos de lideranças que historicamente vem comandando a Nação.

A questão é, como fazê-lo.

O exercício da cidadania fundamenta-se - como afirmamos de início - ao mesmo tempo, numa atitude reivindicatória e numa outra atitude, ofertante, por assim dizer.

Por um lado, este exercício é o avesso da alienação e da submissão.

Por outro lado, ele é o sinônimo da generosidade e da fraternidade, aqui entendida como uma percepção do outro enquanto sócio, não encontro rival.

Mas inclui ainda, uma desmitificação do outro que detêm o poder, circunstancialmente...

As pessoas saudáveis seriam aquelas que, espontaneamente, reconhecessem no outro um outro, do qual se pode receber e ao qual se deve (e pode) dar, formando com o mesmo uma “sociedade”, no sentido jurídico do termo.

As pessoas doentes seriam aquelas que, no outro suporiam existir um igual, ou então, um inimigo, digno de respeito e acatamento.

As pessoas doentes - os pseudo-cidadãos - seriam aquelas que somente se relacionam com a sociedade que as cerca, no momento em que a elas interesse cobrar algo.

Essa “apatia cidadânica”, este fisiologismo, este clientelismo, acarretam o surgimento de uma classe dominante, que nunca se incomoda em valer-se da classe dominada para concentrar o seu poder e seus bens de renda, para, como se dizia há algum tempo atrás: “(...) fazer crescer o bolo da economia”, mas que pouco, ou nenhum interesse demonstrou até hoje, em repartir as fatias acrescentadas ao mesmo.⁽²⁾

São duas faces de uma mesma moeda, um processo de retroalimentação e perpetuação do sistema conservador.

A classe dominada, por sua vez, na maioria das vezes, apura seus desejos e reivindicações, mas não se interessa por suas responsabilidades.

É bem verdade, que neste aspecto específico, da situação social real, pouco se pode exigir de pessoas, que durante tanto tempo, deram tanto e receberam tão pouco.

Ainda assim, a questão mantém sua validade.

Reconhecida a vinculação entre **cidadania** e **utopia**, entre responsabilidade social e saúde, entre a melhoria das condições de vida da população e o reconhecimento mútuo da condição humana pelas diversas classes sociais; mesmo que não seja possível abolí-las tão cedo, o exercício da **cidadania** passa a ser então, uma forma de se chegar a um lugar intermediário (nem utópico como vinham pregando as correntes do socialismo real, nem paradisíaca como insiste a ideologia conservadora de direita), que possibilite efetiva transformação nas relações de poder existentes.

Todavia, nossa conjuntura não facilita um mínimo exercício da **cidadania**, pois se sucedem no poder governamental, personagens centralizadores, que impedem qualquer deslocamento a “lugar que seja”, ao invés de dinamizarem, imobilizam o processo dos movimentos sociais.

Conforme acentuava o pensador francês de outrora, parece que ainda hoje, vale a máxima segundo a qual: “A política é a arte de impedir as pessoas de participar dos assuntos que são de seu interesse.”⁽³⁾

Mesmo assim, inúmeros foram os movimentos populares que permearam estes últimos 65 (sessenta e cinco) anos de República brasileira, tais como o **nacionalismo** (o petróleo é nosso), as reformas de base (na era Jango), e mais recentemente as Diretas Já;

todas estas, ações pouco duradouras, pois que, imediatamente sufocadas pela institucionalidade estatal.

Esta última “marcha” - Diretas Já - representa um marco na história nacional.

A comoção nacional com a doença e o fortalecimento de mais um líder personalista, que era Tancredo Neves surgia em boa hora para proporcionar a transição é outro exemplo eloquente.

Não fosse a decepção subsequente, poderíamos apontar também o movimento dos “Fiscais do Sarney”, como algo digno em termos de cidadania...

Referimo-nos outrossim, a movimentos populares de reivindicação de direitos e de expressão de posições políticas não marcadas por uma ideologia específica.

O termo cidadania poderia significar, segundo sua origem à direita, um artifício para desviar a consciências públicas dos verdadeiros problemas da cidade - ou da macrocidade que é o país - oferecendo ao cidadão um simulacro composto por formas democráticas destinadas a manter (como conteúdo) o status quo.

Dissertamos neste trabalho, sobre a tentativa de se agilizar algo diferente, desprendido de origens herméticas e clássicas, de regimes de governo (embora os tenhamos considerado) conservadores.

Instigamos uma verdadeira alternativa para as ideologias “fechadas”, que teria a potencialidade de conscientizar, de convocar a população para um permanente aprendizado do que é política, do que é sociedade, do que é a “coisa pública”, habitat da vida humana.

Reiteramos a idéia de que não é com linhas retas que tornaremos o exercício da cidadania importante para o cidadão.

É admitindo que a cidadania é um fenômeno plural e multifacetário (de ordem racional, institucional e emocional) é que poder-se-á torná-la uma prática freqüente.

As experiências internacionais demonstram que a preocupação com o bem-estar do indivíduo é que determina as efetivas conquistas sociais e econômicas.

Não foi a simples noção de cidadania que influenciou o advento de novos tempos - por exemplo - na Europa Ocidental foi o trauma sofrido por aquelas sociedades com a Segunda Guerra, que renovou a cidadania...

O prestígio da idéia segundo a qual o indivíduo deve submeter-se ao Estado, caiu por terra, e este e seus governantes passaram a ouvir mais o cidadão, ao invés do contrário.

Mesmo assim, o mundo continua repleto de “vendedores de fórmulas complexas” e a mídia continua a nos bombardear com soluções globais, ainda que estas estejam nas cidades e associações mais simplificadas.

Além do “discurso paranóico” da maioria dos governantes que tem governado este país, existe um “paroxismo da individualidade”, que gera uma crise na sociedade.

A implosão do ideológico e a explosão do individual associadas, acarretam o atual estado de coisas.

Assim, surge o dilema maior - em termos práticos - qual seja:

- Como fazer **cidadania** sem uma ideologia, que, para funcionar, primeiro esmaga o cidadão enquanto ser singular e único?

- Por outro lado: como não deixar que a sociedade - e com ela os cidadãos - seja inviabilizada pela voracidade, pela auto-referência, pela neurose ou outra patologia das pessoas que comandam a Nação?

- Como conter comportamentos extremados e violentos, ameaçadores e intimidatórios?

Parece-nos que existem expedientes para tanto. Este controle interno parece não ser de difícil execução.

Só para exemplificar:

Se porventura o Capítulo IV, do Título II do atual texto constitucional brasileiro, fosse efetivamente posto em prática (**Dos Direitos Políticos: plebiscito, referendo e iniciativa popular**), certamente o pleno exercício da **cidadania** neste país, consagrar-se-ia. É bem verdade, que esta mudança tem que vir de baixo para cima, ou seja, do desejo popular para o atendimento e cumprimento da Instituição Estatal, senão será artificial e passageiro.

Os direitos e as garantias fundamentais assegurados no último processo constituinte, são de grande significação e tem obtido preponderância, até mesmo, sobre os virtuais comportamentos anômalos de qualquer governante.

O que parece mister, é a popularização destes instrumentos, possibilitando ao mais “comum” dos cidadãos, valer-se de seus direitos constitucionais.

Se queremos fugir da miséria - em todas as suas formas - e ao mesmo tempo fugir da solução social que inviabiliza o indivíduo, a questão da **cidadania** se torna vital, pois o futuro “ruge atrás da porta”.

Como matéria-prima, temos o passado remoto pelos sonhos que nos legaram, e o passado recente, por nos prevenir contra a idéia de nos refugiarmos neles.

Toda a sociedade é marcada estruturalmente por **desigualdade social**, podendo-se entender **cidadania emancipatória** conforme nos sugere **Pedro Demo** ⁽⁴⁾ “(...) como processo histórico de confronto entre ‘iguais’ e ‘desiguais’ ”.

Segundo este pensador, o teor da **cidadania** é em qualquer sociedade, a administração da desigualdade social, podendo ser mais ou menos severa, o que determinará o caráter mais ou menos democrático da mesma.

Sociedade emancipada seria aquela que, em maior grau possível, se capacita a dominar seu próprio processo de **formação** ou de desenvolvimento, manejando com competência o que denominou: “condições objetivas (natureza, economia, tecnologia) e condições subjetivas (cidadania, organização, política e democracia)”.

Na perspectiva de **Demo**, ainda, está muito presente a necessidade de se resgatar ao homem, sua subjetividade social.

Dito textualmente, afirma o autor, que: ⁽⁵⁾

*“(...) ninguém descobre-se **sujeito social** (grifo nosso), sem antes surpreender-se como **objeto manipulado de fora**. Pobreza inconsciente é mera carência; quando consciente, é apercebida como injustiça, à qual é mister opor-se.”*

No texto citado, deixa marcada sua convicção de que todo processo emancipatório começa com um questionamento crítico, com a **descoberta e a recusa da condição de objeto**.

Em última análise, na recusa de que se é mais uma peça no “jogo personalista do poder”.

Para o sistema ainda vigente e seus respectivos governantes personalistas, nada é mais útil do que cientista competente em termos técnicos, mas afastado do questionamento político.

Da mesma forma, o cidadão mediano, que sirva aos interesses do mercado e que não se envolva com assuntos de política.

O afastamento político permite que se instrumentalize a construção estratégica do “analfabetismo político”, ou seja, a manutenção da condição de objeto.

Cidadão é quem se capacita a conceber e realizar seu próprio projeto de desenvolvimento pessoal - no grupo - sem aguardo de favores e proteção.

Onde campeiam as anomalias do coronelismo, do caudilhismo e do clientelismo, vigora o analfabetismo político e não medra a cidadania, porque não se favorecem as condições necessárias para a “leitura crítica” da realidade social, porquanto se inviabilizam alternativas históricas.

“Não existe emancipar, mas existe emancipar-se...”⁽⁶⁾

Assim **Pedro Demo** define a questão! E complementa:

*“Emancipação não persiste como doação, concessão ou imposição. Precisa ser conquista. Todavia, isto não leva a aceitar a ‘espontaneidade’ do processo. É mister unir, na teoria e na prática, o reconhecimento de que a emancipação, para ser autêntica, só pode vir de dentro, para que seja a própria demonstração do sujeito social, e o reconhecimento de que não é possível dispensar o ‘educador’. Este não dá, concede, ou impõe, mas motiva, instiga, instrumenta, puxa. Etimologicamente, educar quer dizer: **puxar de dentro.**”⁽⁷⁾*

Na verdade, a emancipação, a **plena cidadania** decorre de um processo de “dentro para fora”, como todo processo educacional genuíno.

Conforme pudemos amplamente constatar ao longo desta pesquisa, a noção histórica da cidadania, ainda desperta nódoas de conservadorismo.

Apenas para exemplificar, referimos o exemplo da Grécia antiga (onde apenas alguns eram cidadãos) e o exemplo da sociedade liberal burguesa (onde quem detinha os meios de produção era considerado cidadão), mas poderíamos ter ido mais além.

No caso da recente República brasileira (últimos 65 anos), permanece a visão de cima da cidadania, à partir dos iguais.

Esta visão reproduz inevitavelmente, **cidadão de primeira e cidadão de segunda** categorias.

Cidadania de segunda categoria é aquela tutelada, **concedida**, tolerada pelos iguais em favor dos desiguais.

Tem sido assim a história da política nacional: **Os iguais, temendo possível emancipação dos desiguais e conseqüente necessidade de redistribuir privilégios, concedem aos desiguais, certos acessos que desmobilizam e controlam.**

Sucede, que, para que aconteça a ruptura deste **status quo** é possível se colocar a **cidadania** à partir da base popular - materialmente - e não somente à partir dos textos constitucionais estatais - formalmente - e das promessas oriundas de **igualdade** oriundas de **“cidadãos de primeira classe”**.

Conforme elucida Baracho (1995, p. 3):

“As formulações abstratas e vagas são abandonadas, pelo que dão lugar ao reconhecimento de direitos concretos dos indivíduos, situados em seu contexto social e econômico. Aparecem direitos dos grupos (família, associações, sindicatos; surgem mediadores e corpos intermediários; os direitos econômicos e sociais ampliam largamente os direitos civis já proclamados: direito ao seguro social, ao trabalho, ao lazer, à educação, à cultura e à greve.” (7)

Apraz-nos encerrar, valendo-nos das palavras indignadas do francês **Alain Touraine**, quando em capítulo intitulado **Ruptura**, vocifera:

“Não é verdade, entretanto, que nossa sociedade esteja apática. Por todos os lados aparecem inovações, contestações, ações coletivas. Mas elas não conseguem ser ouvidas, porque seu discurso ainda está deformado por um jargão político.

As novas energias se dissipam quando se teima em fazê-las acionar velhas máquinas em desuso. É preciso acabar com esse respeito doentio pelo passado; é preciso fechar o museu político e deixar o caminho aberto para a convicção, a cólera e a esperança.” ⁽⁸⁾

NOTAS

01. SERRA, José. Artigo: **Existe uma Saída**. Revista Veja, 1995.
02. Expressão atribuída ao Ex-Ministro da Economia, Deputado Delfim Neto, quando se referia ao modo de concentração de renda no País nas décadas de 70/80.
03. In: **O Melhor do Mau-Humor: uma antologia de citações venenosas**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989, p. 105.
04. DEMO, Pedro. **Cidadania & Emancipação**. In: **Cidadania & Emancipação**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, nº 100, Jan./Mar., 1990, p. 53/72.
05. Idem. Ibidem, p. 57.
06. Idem. Ibidem, p. 58.
07. BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral da Cidadania**. São Paulo : Saraiva, 1995, p. 3.
08. TOURAINE, Alain. **O Pós-Socialismo**. São Paulo : Brasiliense, 1988, p. 17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Teoria Geral da Cidadania**. São Paulo : Saraiva, ed. 1995.
- BOBBIO, Norberto. Et. all. In: **Dicionário de Política**/, 4. ed. Brasília - DF : UNB, 1992.
- CAMPANHOLE, Adriano & Hilton Lobo. **Constituições do Brasil**. 9. ed. São Paulo : Atlas, 1987.
- DA COSTA COELHO, Lígia Martha C. **Sobre o conceito da cidadania**. uma crítica a Marshall, uma atitude antropofágica. In: **Cidadania/Emancipação**. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1990.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro**, 5. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1990.
- DE COULANGES, Fustel. **A Cidade Antiga**. Rio de Janeiro : Ediomio, 1932.
- DEMO, Pedro. **Cidadania & Emancipação**. In: **Cidadania & Emancipação**. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, nº 100, Jan./Mar., 1990.
- HAMBLOCH, Ernest. **Sua Majestade o Presidente do Brasil**. Um Estudo do Brasil Constitucional (1883-1934). Brasília - DF : UNB, 1981.
- In: **O Melhor do Mau-Humor: uma antologia de citações venenosas**. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Lazer e Ideologia: a representação do social e da política na cultura popular**. (Tese de Doutorado).

JORNAL ZERO HORA, dia 08.05.94, sob o título: “Metais Repugnantes”.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 4. ed. São Paulo : Alfa Ômega, 1978.

MARSHALL, T. L. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro : Zarah, 1990.

PUTNAM, Robert D. **Para fazer a Democracia funcionar**. Princeton University, 1993.

RUSSOMANO, Rosah. **Curso de Direito Constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1978.

SERRA, José. Artigo: **Existe uma Saída**. Revista Veja, 1995.

TOURAINE, Alain. **O Pós-Socialismo**. São Paulo : Brasiliense, 1988.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo : Loyola, Coleção Estudos Brasileiros, 1993.

WEBER, Max, 1864-1920. Um dos mestres máximos da sociologia, por isso suas idéias se fazem sentir na quase unânime relação de trabalhos sociológicos.

WEFFORT, Francisco Correia. **Qual Democracia?** São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito**. São Paulo : Alfa Omega, 1994.